

a questão racial no romance *O mulato*:

**uma análise sobre a obra de Aluísio Azevedo
e sua relação com a imprensa da época
(1870-1881)**



monografia

IFCH UNICAMP
n. 24 - 2015

Amanda Servidoni Jodas

**A Questão Racial no
romance *O Mulato*: uma
análise sobre a obra de
Aluísio Azevedo
e sua relação com a
imprensa da época
(1870-1881)**

Amanda Servidoni Jodas

MONOGRAFIA
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 2236-9759

Diretor: Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor Associado: Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Comissão de Publicações
Coordenação Geral:
Prof. Dr. Jesus Ranieri

Representantes Docentes
Prof. Dr. Jesus Ranieri
Prof. Dr. Márcio Augusto Damin Custódio
Prof. Dr. Frederico de Almeida
Profa. Dra. Nádia Farage
Profa. Dra. Fátima Évora
Profa. Dra. Tirza Aidar
Fernando A. Lourenço

Colaboradora:
Profa. Dra. Guita Grin Debert

Representantes Docentes e Discentes
Revista RURIS, Revista CEMARX, Cadernos AEL, Revista RHAA,
História Social, CPA, alunos de Pós-Graduação e Graduação

Representantes dos funcionários
Maria Cimélia Garcia
Samuel Ferreira

Produção editorial e projeto capa
Setor de Publicações do IFCH

Impressão
Gráfica do IFCH

Referência Imagem
LEVIN, Orna Messer. *Aluísio Azevedo: Ficção completa*. Volume 1, Rio de Janeiro:
Editora Nova Aguilar, 2005, pp. 4.

Endereço para correspondência
IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Cora Coralina s/n.
CEP: 13083-896 – Campinas – SP
Tel. / Fax.: Livraria (19) 3521.1604 / Publicações (19) 3521.1603
pub_ifch@unicamp.br
<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>
www.facebook.com/publifch

Amanda Servidoni Jodas

**A Questão Racial no romance *O Mulato*:
uma análise sobre a obra de Aluísio Azevedo e
sua relação com a imprensa da época (1870-1881)**

Monografia de Bacharelado (HH 902) apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

Campinas, 2014

[banca]

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

Prof. Dr. Jefferson Cano

Prof.^a Dra. Silvia Hunold Lara Geraldo

[sumário]

[agradecimentos]	9
[resumo e abstract]	13
[introdução]	15
[capítulo um] – Cenas de escravidão e preconceito racial: a realidade reconstruída na ficção	33
[capítulo dois] – O anticlericalismo de Aluísio Azevedo: dos embates públicos na imprensa maranhense à produção artística	53
[capítulo três] – Um tipo ideal para o Brasil: o mulato como representação do branqueamento racial e cultural da nação	71
[conclusão]	99
[fontes e bibliografia]	103

À Rosângela e ao Nicolino.
Sem eles, nada disso seria possível.

[agradecimentos]

Agradecer a todos os envolvidos no percurso desta trajetória e que, de diferentes maneiras, contribuíram para a elaboração deste trabalho final de curso não é tarefa fácil. Afinal, a construção e o desenvolvimento de qualquer pesquisa, assim como a maioria dos acontecimentos da vida, envolve muito mais do que o esforço e a dedicação por parte daquele que se propôs a fazê-lo. É possível, portanto, afirmar que, sem o auxílio, o empenho e o incentivo de diversas pessoas, seria impossível realizar e concluir esta monografia de forma satisfatória. Por esta razão, é de extrema importância registrar os meus mais sinceros agradecimentos àqueles que colaboraram diretamente para o andamento desta pesquisa e aos que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes desde os primeiros passos de minha graduação.

Em primeiro lugar, agradeço todos os profissionais e instituições que deram o suporte necessário para a realização deste trabalho. À FAPESP por ter financiado esta pesquisa e aos funcionários dos arquivos e bibliotecas em que pesquisei, sobretudo os da Biblioteca Prof. Dr. Otávio Ianni e do Arquivo Edgard Leurenroth, sempre muito solícitos e atenciosos. Também devo um “muito obrigada” a todos que trabalham no CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura – por este ser um dos principais elementos constituintes de minha formação como Historiadora. A experiência que tive neste lugar e com os que ali se encontram, sejam eles professores ou bolsistas, foi de fundamental importância para aprimorar a análise e a leitura dos documentos históricos.

Meu orientador, Sidney Chalhoub, merece um agradecimento especial. Sua experiência e competência profissional acrescentaram à minha formação um aperfeiçoamento valioso. Agradeço pela orientação cuidadosa, pelas sugestões inteligentes, pela minúcia das correções e pelo modo como soube orientar minhas reflexões e descobertas, transformando-as em importantes fatos a serem considerados ao longo da pesquisa.

Aos professores Silvia Hunold Lara e Jefferson Cano agradeço por terem aceitado o convite de participar da banca de avaliação.

A todos os colegas do curso de História da UNICAMP agradeço a descontração de todos os dias, a sutileza como se engajavam em diversos

debates e discussões e as inúmeras colocações que me fizeram pensar e repensar sobre tudo por diversas vezes. Em especial, reservo minha total gratidão à amizade, companheirismo e inteligência mineira da Fer, com quem mais compartilhei minhas angústias acadêmicas e quem mais soube me guiar pelos descaminhos da Unicamp, e ao empenhado Victor, companhia agradável e divertida, mesmo quando estava com muita pressa. Muito obrigada pela parceria de todos os dias.

Sempre que o cansaço e a tensão próprios de qualquer universidade persistiam, era fora do ambiente acadêmico que eu encontrava os melhores alicerces para manter firme o ânimo e o equilíbrio.

Re, Geor, Zize, Aninha e Joy foram o meu principal refúgio. Como era bom voltar para casa e encontrar um ambiente tão familiar, tão acolhedor, tão descontraído. Agradeço cada gesto, cada palavra, cada abraço, cada sorriso e, principalmente, a simplicidade e o carinho com que continuaram presentes em minha vida, independente da distância ou dos desvios de percurso. Tudo teria sido muito mais complicado sem a alegria particular de cada uma de vocês.

Todas as palavras existentes no mundo seriam insuficientes para expressar a total gratidão que devo a minha família. Afinal, como agradecer em poucas linhas todo o amor dedicado, a paciência de cada conversa, o carinho com que me recebiam aos finais de toda semana e tudo o que fizeram e ainda fazem por mim? Nestes quatro anos que se passaram, assim como no decorrer de toda minha vida, foi com meus familiares que dividi os momentos mais intensos, as maiores angústias e as mais emocionantes conquistas. Chegado o final desta etapa, em que tantas coisas aconteceram e tantas mudanças ocorreram, posso perceber que eles continuam sendo o mais concreto e subjetivo alicerce da minha caminhada. Aqueles a quem eu sempre irei recorrer para aliviar as chateações, comemorar as alegrias e ter certeza de que tudo dará certo. Sem dúvida, minha mãe, Rosângela, foi o meu porto seguro, a força que me fazia acreditar em mim mesma, o carinho e o amor que me tranquilizavam, o incentivo mais confiante, o apoio incondicional. Minha irmã, um espelho distorcido de mim mesma, ajudou com seu exemplo, seus gestos e suas palavras. Agradeço a confiança que depositou em mim e a sutileza como reconheceu os momentos em que eu necessitava me distrair e ter

contato com um mundo diverso dos meus estudos. Quanto ao Ni, meu careca predileto, deixo registrado um fraterno agradecimento pelo modo singelo, carinhoso e verdadeiro com que se tornou o melhor pai que eu poderia ter. Ao mencionar aqueles que me encheram de cuidados e carinho, não posso deixar de agradecer pelos mimos e orações de minha segunda mãe, vó Romilda. Pela importância que possuem e por tudo o que representam, posso afirmar, com toda certeza, que este trabalho final carrega muito do amor e da dedicação que estas quatro pessoas destinaram a mim.

O último agradecimento fica reservado àquele que tem sido tão especial e marcante em minha vida. Finalmente, agradeço ao João, meu maior incentivador e companheiro, pelas inúmeras doses de coragem que me impulsionaram a seguir em frente, pela compreensão, carinho e amor. Sua alegria mesclada ao seu jeito prático de viver foi essencial para tornar este caminho mais leve e a vida mais adocicada.

[resumo]

Nesta pesquisa, pretende-se analisar as relações estabelecidas entre as teorias raciais que penetraram o Brasil, no decorrer do século XIX, e a literatura deste mesmo período, por meio da leitura do romance naturalista de Aluísio Azevedo, *O Mulato*. Para tanto, serão analisadas as possíveis influências científicas, literárias e pessoais que possam ter levado às reflexões feitas no romance e que dizem respeito, não apenas ao preconceito racial, mas revelam muito das discussões em torno de um discurso científico que colocava em pauta as diferenças entre as raças. Considerando, também, a importância de Aluísio Azevedo como jornalista, serão estudados os artigos publicados na imprensa pelo autor, principalmente em jornais de sua terra natal, São Luís do Maranhão.

palavras-chave: Literatura, Imprensa, Aluísio Azevedo, Teorias Raciais.

[abstract]

In this research I seek to analyze the relationship between racial theories and literature in Brazil during the nineteenth century, focusing especially on the naturalist novel *O Mulato*, by Aluísio Azevedo. The main objective of the research is to investigate scientific, literary and personal aspects that helped to shape the novel. My primary concern is with racial prejudice and how there emerged scientific discourses that defended the existence of sharp differences among the human races. Furthermore, I intend to take into consideration the activities of Aluísio Azevedo as a journalist at the time of the publication of the novel, with special emphasis on articles he published at the time in the press of São Luiz, Maranhão, his hometown.

Abstract: Literature, Press, Aluísio Azevedo, Racial Theoris.

[introdução]

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma série de acontecimentos que assinalaram mudanças significativas na sociedade brasileira, suscitando intensos debates em torno da urgência em transformar o Brasil em um país civilizado e moderno, ajustado ao modelo europeu. Em 1850, por exemplo, a Lei Eusébio de Queiróz pôs fim ao tráfico atlântico de escravos, fato que colaborou para agravar o declínio da atividade agrícola dos engenhos coloniais da região Norte, ao passo que a expansão das lavouras de café do Sul do país ganhava cada vez mais destaque, ocupando um papel fundamental na economia brasileira.

Com a interrupção do tráfico internacional, o comércio interno de africanos se intensificou, caracterizando-se pela intensa transferência de mão de obra escrava das províncias do Norte para a região Sul. Como aponta Robert Slenes, em seus estudos sobre os fluxos de escravos interprovinciais e locais, o fim do tráfico transatlântico resultou em um crescimento significativo da procura por mão de obra para as grandes lavouras, mais especificamente aquelas que se destinavam à produção do café¹. E, se a demanda era grande, a oferta não era menos intensa. Slenes defende que a expansão do tráfico de escravos de outras regiões para o Sul do Brasil, em 1870, foi decorrente de certas razões conjunturais, como a queda no preço nominal dos escravos nas áreas açucareiras do Norte, que resultou na baixa dos valores do açúcar, e a grande seca que assolou boa parte desta região. Assim, houve um aumento no fluxo de mão de obra escrava das províncias do Norte para lugares marcados pela expansão da lavoura cafeeira, como o Rio de Janeiro e São Paulo, na tentativa de suprir a carência de trabalhadores nestas regiões².

Mas, enquanto o Brasil se via diante da necessidade de realocar a mão de obra escrava para regiões onde havia um maior dinamismo econômico, outras áreas escravistas discutiam medidas que deveriam ser adotadas para

¹ SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986, pp. 103-155.

² *Ibidem*, pp. 133.

a emancipação gradual dos escravos³. Assim, no decorrer do século XIX, o debate em torno da escravidão tornou-se mais específico e o sistema escravocrata passou a ser alvo de diversas críticas. Diante deste novo quadro mundial, vários países anunciaram a emancipação de seus escravos, sendo o Brasil uma das últimas nações a realizar tal feito. Segundo afirma Robert Conrad, foi apenas a partir da década de 1860 que uma série de acontecimentos externos contribuiu para o encaminhamento da emancipação dos escravos no Brasil, definindo novas posturas que seriam adotadas pelas autoridades judiciais e políticas em relação aos rumos da abolição e da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O autor destaca como fortes influências para o despertar dos sentimentos abolicionistas no Brasil acontecimentos como a libertação dos escravos nos impérios francês, português e dinamarquês, a Questão Christie e a Guerra Civil dos EUA⁴.

Para além dessas transformações em nível mundial, a oposição à escravatura também se caracterizou por uma questão de ordem moral. Marcado pelo "estigma colonial" da escravidão, acreditava-se que o país necessitava se desvincular do regime escravagista e dos horrores do comércio de seres humanos como uma forma de continuar o seu desenvolvimento e estabelecer o progresso da nação. Muitos dos setores sociais mais intelectualizados viam a escravidão como um ataque ao direito natural do homem à liberdade e, conseqüentemente, como uma ameaça ao progresso do país, além de ser considerada uma mancha para uma sociedade que se pretendia civilizada.

No entanto, também havia um enorme debate em torno das conseqüências de uma abolição imediata, sendo considerado que, além de a mão de obra escrava ser o sustentáculo da economia brasileira, atuando tanto no meio rural quanto urbano, era de grande importância e necessidade que a sociedade fosse preparada para a nova forma de trabalho e os próprios escravos libertos deveriam ser controlados. Autoridades e proprietários

³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Escravidão e Independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820*. In: Org. JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, pp. 809-810.

⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978, pp. 72-83.

temiam que, uma vez obtida a liberdade, os ex-escravos se tornassem “vadios”, ameaçando a ordem social. Desta forma, como ressalta Eduardo Spiller Penna, em seu trabalho *Pajens da Casa Imperial*, ao mesmo tempo em que existiam esses “princípios morais e humanitários antiescravistas”, havia, também, uma forte preocupação em “(...) se ordenar e moldar a nação brasileira, por critérios de segurança e de homogeneidade civil e física, a um futuro e a um ‘progresso’ pacíficos”⁵.

A necessidade de se pensar em novas formas de trabalho e de organização social, diante do iminente fim da escravatura, apresentou-se como um dos principais fatores que contribuíram para tornar cada vez mais perceptível a incapacidade do regime imperial em estruturar e encaminhar as transformações que se realizavam e que eram vistas como necessárias a um país que se pretendia moderno e civilizado.

Na medida em que se dava este enfraquecimento da escravidão e, conseqüentemente, o desgaste do poder dos senhores e proprietários de escravos, ganhava destaque na sociedade brasileira a defesa de um novo modelo político, moldado principalmente pelos pensamentos e ideais liberais e positivistas. Além disso, o país passava a receber forte influência de teorias estrangeiras, como o evolucionismo e o darwinismo social, as quais possibilitavam um debate em torno dos fundamentos de uma nova cultura nacional (necessária neste momento de definição dos rumos do país), bem como suscitava um discurso científico como modelo de análise social. Começava, então, a se revelar a precariedade do modelo político do Segundo Reinado, cujas instituições, fundamentos e valores – cristalizados na tradição colonial, que não se adequava mais às mudanças e aos anseios de boa parte da população brasileira – passaram a ser combatidos, ao mesmo tempo em que era exigida uma série de reformas que pudessem colocar o Brasil no mesmo patamar de civilização dos países da Europa.

Foi nesse quadro de crise política do regime imperial e de importantes transformações da sociedade brasileira que o movimento de 1870 tomou corpo, aprofundando a crítica contra as instituições conservadoras e a tradição política do Segundo Reinado. Na tentativa de buscar novos caminhos para o

⁵ PENNA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

país, os membros desta geração buscaram fazer uma releitura da história do Brasil, incorporando do repertório estrangeiro os modelos de análise social e política a fim de compreender o contexto de crise e mudanças no qual estavam inseridos. Nesse sentido, as teorias disseminadas na Europa passaram a ser encaradas como um importante veículo que possibilitaria alcançar a modernidade. Assim,

“(...) o movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan, e que se faria sentir vinte anos depois de haverem estas correntes de ideias aparecido na Europa, espalhará-se por todo o país”⁶.

Sobre a emergência desse movimento intelectual e da importância que este deu à adoção das teorias científicas e liberais europeias, João Cruz Costa defende que a inteligência brasileira foi marcada pela europeização de suas ideias, colocando de lado a realidade vivida pelos brasileiros. Assim, a geração de 1870 teria se preocupado mais em reproduzir as teorias estrangeiras, sem tentar adequá-las à situação nacional, desconsiderando os principais problemas enfrentados pelo país⁷. Esse modelo de análise, que explica a segunda metade do século XIX como um período marcado pela réplica do pensamento e das ideias europeias, foi criticado e contestado por outros trabalhos, que passaram a defender a existência de traços originais nas produções brasileiras e no modo de refletir a sociedade daquele momento⁸. De qualquer modo, em seu estudo sobre a “História das ideias”, Costa não deixa de ressaltar a importância do papel assumido pelos intelectuais de 1870, que se voltaram para a ciência e para as diferentes modalidades do pensamento europeu, na tentativa de

⁶ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil: (o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1956, pp. 137.

⁷ *Ibidem*, pp. 81.

⁸ Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005 c1993 e ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

romper com a tradição imperial e encontrar respostas satisfatórias para os problemas enfrentados pelo país.

Dessa tentativa de esboçar uma nova nação que caminhava rumo ao progresso, na medida em que questionava as principais instituições da ordem vigente, procurando libertar-se da tradição ultrapassada do Império, surgiu a necessidade de também adotar um discurso científico e teórico como modelo de análise social. Desse modo, o fator “raça” assumiu um lugar privilegiado nas discussões a respeito das possíveis reformas, considerando que a escravidão era cada vez mais vista como uma ameaça ao progresso do país, além de ser considerada uma mancha para uma sociedade que se pretendia civilizada. No entanto, ao mesmo tempo em que a abolição era necessária ao desenvolvimento da nação brasileira, ela trazia consigo um problema que dificultava a definição de uma nacionalidade ou, mais especificamente, de um tipo étnico ou social que representasse o verdadeiro brasileiro: qual seria o lugar ocupado pelos negros na hierarquia social quando eles fossem libertados?

Afinal, como ressalta Celia Maria Marinho de Azevedo, no pensamento do século XIX, a ideia da inferioridade do negro africano pertencia ao senso comum e muitas exposições eram feitas a esse respeito. “[...] Assim, desta premissa, muitas vezes implícita ou mal explícita, desenvolvia-se o argumento de que o negro perigoso (porque inculto, imoral, não civilizado, enfim, diferente) precisava ser rapidamente incorporado à sociedade via estratégias disciplinares”⁹.

Somado a essa problemática, o Brasil era um “caso único e singular de extrema miscigenação racial”¹⁰, sendo visto pelos estrangeiros como modelo de atraso e degeneração, devido a sua composição étnica e mestiça. Era necessário, portanto, adequar as teorias estrangeiras à realidade do povo brasileiro e construir um modelo próprio de análise racial. Nesse momento, como destaca Nicolau Sevcenko, a teoria darwinista apareceu como uma nova forma de explicação do surgimento, da existência e da condição da espécie humana, dispensando a autoridade tradicional do clero, que legitimava a composição hierárquica da sociedade imperial, sendo um dos principais

⁹ AZEVEDO. Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987, pp. 56.

¹⁰ SCHWARCZ. op. cit., pp. 11.

pilares do Segundo Reinado¹¹. A realidade do país passou, então, a ser analisada sob uma perspectiva evolucionista, que determinava o predomínio da raça branca sobre as outras, estabelecendo hierarquias entre elas e explicando as desigualdades raciais e sociais. O ideal do “branqueamento” da raça tornou-se a solução mais viável para a nação brasileira e a crença na primazia do gene branco e superior sobre aquele que fosse herdado da raça negra possibilitou pensar o Brasil como um país capaz de atingir, também, o progresso racial.

Ao analisar, portanto, o modo como foram discutidas a redefinição e a delimitação das características raciais e, conseqüentemente, dos lugares sociais de cada indivíduo, entende-se que é questionável a ideia de que a geração de 1870 se apropriou das teorias estrangeiras, sem que estas fossem pensadas em conjunto com a interpretação da realidade nacional e dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Angela Alonso argumenta que a escolha de determinadas noções, conceitos e ideias estrangeiras se deram pela necessidade de compreender o contexto de crise política e de mudança social vivenciado pelo povo brasileiro¹². Em seu livro *Ideias em Movimento*, a autora entende a manifestação intelectual da segunda metade do século XIX como um evento político, que recorria seletivamente às teorias estrangeiras de acordo com as necessidades próprias do país, selecionando argumentos e conceitos de forma não aleatória e condizente com a realidade nacional. Para Alonso, os trabalhos produzidos pelos intelectuais de 1870 eram uma forma de intervenção e contestação política, o que resultava em uma escolha direcionada em torno das teorias e noções estrangeiras. Nesse sentido, o movimento “(...) recorreu a componentes do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as instituições, práticas e valores essenciais da ordem imperial”¹³.

Assim, a partir da percepção da incompatibilidade do mundo imperial com o modelo de civilização moderna almejado por boa parte da elite brasileira, os intelectuais da geração de 1870 recorreram a modelos teóricos europeus

¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983, pp. 100.

¹² ALONSO, op. cit.

¹³ *Ibidem*, pp. 45.

com a finalidade de compreender o contexto social, político, econômico e racial no qual estavam imersos para, então, fundamentar a contestação e a crítica ao *status quo* imperial e exigir reformas e mudanças para o país. Nesta época, os jornais atuaram como importante meio de difusão das novas ideias que se alastravam pelo país, além dos livros e textos escritos pelos cientistas e teóricos estrangeiros e que também eram acessados, principalmente, por parte da elite intelectual brasileira.

Sintonizado com as questões cadentes de seu tempo, como o problema da escravidão, o papel do clero na sociedade e as propostas de um novo modelo político, além de estar ambientado ao pensamento europeu, Aluísio Azevedo exerceu um importante papel como caricaturista na imprensa carioca. Suas charges e ilustrações apontavam para o forte tino combativo e provocador do artista que, sem receios e de forma satirizada, utilizava a sua pena para expor as mais contundentes denúncias aos abusos da Igreja, à relação desta com a monarquia e à decadência em que o país se encontrava devido à incapacidade do imperador e de seus partidários em promover soluções e encaminhar as transformações que se faziam necessárias à nação brasileira¹⁴. Ao longo dos dois anos em que permaneceu na cidade do Rio de Janeiro, o jovem maranhense pôde estreitar relações com personagens célebres da então capital brasileira, o que possibilitou um contato mais aprofundado com a filosofia positivista e as ideias republicanas, contribuindo para o aperfeiçoamento de seu posicionamento crítico em torno das discussões que norteavam a situação brasileira na época.

No entanto, foi em São Luís do Maranhão que Aluísio Azevedo publicou suas mais intensas críticas às instituições imperiais, tomando como base o modelo social maranhense, fortemente marcado pelos preconceitos raciais, pelo fanatismo religioso e pelo conservadorismo português. Desse modo, quando, em 1878, retornou a sua província natal, onde a economia, baseada principalmente na escravidão e marcadamente caracterizada pelo tradicionalismo colonial, tornava-se cada vez mais decadente, Aluísio Azevedo assumiu sua posição política e social, de acordo com os ideais positivistas que

¹⁴ Aluísio Azevedo trabalhou nos jornais *O Mequetrefe*, *Fígaro* e *Zig-Zag*, editados e publicados na então capital brasileira.

o influenciaram e, em 1880, passou a fazer parte de uma associação de jovens “progressistas” que compunham a direção de *O Pensador*¹⁵.

A iniciativa de fundação deste novo periódico, assumida pelos componentes da mocidade positivista e anticlerical maranhense, deu-se principalmente pelo surgimento da gazeta católica *Civilização*, em que eram combatidas as novas ideias que circulavam por todo país, ao passo que os fundamentos e dogmatismos religiosos eram reafirmados a fim de garantir a moralização da sociedade. Contrária às posturas adotadas pelos clérigos da província e defensora da ciência e da razão, a juventude intelectual, da qual Aluísio Azevedo fazia parte, divulgava uma série de textos e artigos que denunciavam o mau comportamento dos eclesiásticos e os abusos que estes cometiam. Tais acusações renderam inúmeras respostas por parte do jornal católico, dando início a um conflito público na imprensa de São Luís. Para incrementar este combate travado entre os jovens e o clero, foi lançada, também em 1880, a gazeta diária *Pacotilha* que, articulando-se por meio dos mesmos princípios e ideais apresentados pelo *O Pensador*, contou com a colaboração de Aluísio Azevedo, que assinava sob os pseudônimos de Giroflê e Semicúpio dos Lampiões.

No entanto, a imprensa não foi o único espaço de combate encontrado utilizado pelo escritor maranhense para expor suas críticas e seu posicionamento a respeito dos problemas enfrentados pelo país e das questões que estavam sendo debatidas na época. Combinando a atuação como jornalista ao trabalho como literato, Aluísio Azevedo soube transformar sua obra literária em um importante veículo de reflexão social e política, em que suas próprias concepções e impressões pudessem ser transpostas da realidade para a ficção. E, foi observando e analisando a sociedade de seu tempo, principalmente a vida provinciana de São Luís do Maranhão, que surgiu a ideia de um novo romance: *O Mulato*.

O convívio com inúmeras cenas de violência contra os escravos e com o total ressentimento da população branca maranhense em relação aos homens de cor, fatores resultantes da permanência de uma mentalidade

¹⁵ Sobre as crônicas publicadas no jornal *O Pensador* e os debates na imprensa maranhense ver: MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d' "O Mulato"*. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1975.

predominantemente colonial e escravocrata foi, sem dúvida, fundamental para a reflexão feita por Aluísio em sua obra. Além disso, os intensos debates travados na imprensa ocuparam um lugar bastante significativo para o desenvolvimento do anticlericalismo e do republicanismo presentes ao longo da narrativa. Desse modo, o jovem escritor uniu a ação social à produção artística e "(...) valeu-se do romance para abrir um canal de circulação de ideias sociais reformadoras e, principalmente, de protestos. Usou a literatura para denunciar os preconceitos e os vícios da classe dominante"¹⁶.

A publicação de *O Mulato* deu-se no ano de 1881 e, apesar de ter sido considerado como uma obra inaugural do naturalismo brasileiro, o romance recebeu uma série de críticas que denunciavam a permanência de características românticas na narrativa. Sobre a natureza estética da obra de Aluísio Azevedo e a dificuldade em caracterizá-la como pertencente a uma única escola literária, Araripe Júnior fez a seguinte observação:

"[...] O novo romancista apresentou-se francamente como é; no período de transições, de lutas, de vacilações. O seu livro em que se encontra cenas admiráveis, pode-se dizer a crisálida de uma obra realista. Nem lagarta, nem borboleta"¹⁷.

No entanto, talvez não fosse a intenção de Aluísio Azevedo escrever um romance que se encaixasse perfeitamente no modelo literário naturalista. Como afirma Nelson Werneck Sodré, o autor desobedeceu a fórmula ortodoxa e extrema do Naturalismo, mas o praticou na medida em fortaleceu em sua obra o caráter combativo, polêmico, crítico e de ampla descrição dos costumes¹⁸. Nesse sentido, *O Mulato* inaugurou o naturalismo brasileiro, "à parte o problema da precedência formal"¹⁹.

¹⁶ AZEVEDO, Aluísio. *Ficção Completa*: em dois volumes. Org.: Orna Messer Levin. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 2005, pp. 22.

¹⁷ Araripe Júnior. Sem Oriente: *O Mulato*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, pp. 01, nov. 1881 apud SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização, Brasileira, 1965, pp. 176.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização, Brasileira, 1965, pp. 173-179.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 162.

No entanto, se considerarmos que o romance de Aluísio Azevedo foi produzido em fins do século XIX, numa “encruzilhada de correntes de pensamento e de tentativa de defini-las”²⁰, é possível aceitar a fusão de elementos esteticamente contrários e até mesmo dissonantes em sua obra. Afinal, toda a sociedade brasileira estava inserida em um contexto de transformações, adaptações e mudanças, que se refletiam diretamente na literatura.

Para além da polêmica em torno do hibridismo estético presente no romance *O Mulato*, os temas abordados pelo escritor maranhense suscitaram intensos debates, principalmente na imprensa de São Luís, local onde teve maior destaque a questão do caráter anticlerical da obra, ficando o teor abolicionista e racial, de certa forma, apagado nos debates da província. De acordo com a análise feita por Álvaro de Sá Viana, o autor da obra pecou ao colocar em maior destaque a figura religiosa, que pelo fato de ser

“(...) um personagem distinto, odioso e perfeitamente delineado, atrai muitas vezes a atenção do leitor, a ponto de desviá-lo do protagonista, sobrepujando a tese com incidentes despertados por um personagem que representa a antipatia que tem Aluísio pelas ideias católicas”²¹.

De certo modo, a crítica apresentada por Aluísio Azevedo em relação ao clero maranhense e à própria religião católica como um todo despertou um intenso furor nos habitantes de São Luís, bastante influenciados pelo catolicismo e marcados por uma extremada religiosidade. Isto resultou num determinado desvio dos olhares da população provinciana para o debate em torno do anticlericalismo presente no romance, o que não justifica afirmar que este assunto tenha ocupado um lugar mais importante do qualquer outro no decorrer da narrativa ou que o cônego Diogo tenha se evidenciado em detrimento do protagonista da obra. Admitindo esta lógica, acredito que seja mais válido ressaltar que cada personagem, até mesmo aqueles que pouco ou nada influenciaram no caminhar da trama, assumiu um papel essencial na

²⁰ ALMEIDA, Rodrigo Estramando de. *A realidade da ficção – ambiguidades literárias e sociais em “O Mulato” de Aluísio Azevedo*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 149.

²¹ VIANNA, Álvaro de Sá. *Literatura: O Mulato (romance de Aluísio Azevedo)*. *Pacotilha*. Maranhão, número 128, pp. 1, set. 1881.

construção das críticas sociais, políticas e religiosas pretendidas pelo autor do romance, sendo o mulato Raimundo o principal porta-voz das ideias, concepções, interpretações e juízos de valor característicos do próprio Aluísio Azevedo.

Assim, mais do que a denúncia contra o poder exercido pelo catolicismo sobre a consciência humana, foi a discussão em torno da questão racial e dos preconceitos contra os homens de cor que ocupou um lugar fundamental no desenvolvimento da narrativa, permeando toda a trama, do começo ao fim, implícita ou explicitamente, e entrelaçando-se aos temas secundários, mas não menos importantes, como o anticlericalismo e o republicanismo. Faço esta conjectura considerando o contexto social e político em que a obra literária de Aluísio Azevedo foi produzida.

Momento em que “um bando de ideias novas”²² pairava sobre a população brasileira, dando margem à assimilação das teorias raciais estrangeiras, o fator “raça” passou a ser entendido como determinante no desenvolvimento e progresso de uma nação, assumindo um papel fundamental no “potencial civilizatório” do país²³. Sob a influência dos padrões europeus (que colocavam o negro como ser inferior ao branco e condenavam a mestiçagem), o Brasil procurou acomodar essas novas ideias ao seu contexto particular e local. Assim, como defende Thomas Skidmore, as ideias deterministas foram cedendo lugar a novas perspectivas, sendo que, aos poucos, o ideal de “branqueamento racial” tornou-se a solução mais plausível para o país. Nesse processo de redefinição e delimitação das características raciais e, conseqüentemente, dos lugares sociais de cada indivíduo, tem-se que a raça supostamente superior – a branca – deveria prevalecer sobre as demais, no processo de amalgamação entre elas, ao passo que aquelas que eram consideradas inferiores estavam fadadas ao desaparecimento²⁴.

²² ROMERO, Silvio. “Explicações indispensáveis”. Prefácio a *Vários escritos*, Tobias Barreto, Sergipe, Editora do Estado de Sergipe, 1926, XXIII – IV. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., pp. 148.

²³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001, c1987, pp. 23.

²⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

Visto pelos demais países estrangeiros como uma nação atrasada, devido à sua composição étnica e à mestiçagem, o Brasil necessitava construir um modelo próprio de análise racial, a partir do qual as teorias estrangeiras ganhassem novos significados, capazes de serem adequados ao contexto social e racial do país. Admitindo esta lógica, a realidade brasileira poderia ser analisada sob uma perspectiva evolucionista, que determinava o predomínio da raça branca sobre as outras, estabelecendo hierarquias entre elas e explicando as desigualdades raciais e sociais existentes.

Ambientado às inúmeras discussões que ocorriam no Brasil e nos países da Europa acerca da questão racial, Aluísio Azevedo compreendia o processo de mistura entre as diferentes raças que compunham o país como a solução mais plausível para o contexto particular brasileiro, até então bastante marcado pela miscigenação. Partindo do entendimento de que a raça branca não era apenas superior à negra, mas exercia forte predominância sobre ela, contribuindo em maior parte para a definição das principais características físicas e morais do indivíduo mestiço, o autor do romance *O Mulato*, assumiu uma postura de defesa do amalgamento racial, acreditando que isto possibilitaria o branqueamento da população brasileira. Paralelo a isso, o jovem escritor apontava para a enorme importância da aculturação da população brasileira aos modelos e pensamentos europeus, considerados mais modernos e evoluídos se comparados com o tradicionalismo e o conservadorismo coloniais que ainda permaneciam presentes na mentalidade do país e, no caso particular da obra e em maior peso, da sociedade maranhense.

Assim, tendo como cenário a cidade de São Luís, situada na província do Maranhão, Aluísio Azevedo narrou a história de Raimundo que, embora fosse mulato, desconhecia sua verdadeira origem. Fruto do relacionamento entre José da Silva, português que contrabandeava africanos, e uma de suas escravas, a negra Domingas, o mulato foi forro à pia batismal – ao mesmo tempo em que sua mãe recebeu a carta de alforria – e permaneceu ao lado dos pais durante os primeiros anos de vida, não tendo a chance de desfrutar de uma convivência mais íntima e familiar com eles. Isto porque, apesar de manter consigo o filho bastardo e a amante negra, José da Silva decidiu casar-se com D. Quitéria, mulher branca e para quem o simples fato de ser negro era um crime. Ao descobrir o romance entre o marido e a ex-cativa e desconfiar de

que Raimundo era filho do casal, a esposa branca revoltou-se e aplicou contra a mãe do mulato um severo e violento castigo.

Devido à brutalidade deste acontecimento e ao temor de que a esposa provocasse algum mal ao seu filho, José da Silva levou-o para a casa de seu irmão, Manuel Pescada, onde o menino deveria ficar até que tivesse a idade certa para ser enviado a Lisboa e ter garantido seu estudo. Após realizar tal intento, o português retornou a sua casa para ter uma séria conversa com D. Quitéria. No entanto, foi surpreendido ao se deparar com a presença do padre Diogo no quarto de sua mulher, o que apontava claramente para o fato de que eles eram amantes. Atormentado pela cena que presenciou, José da Silva atirou-se contra a esposa, matando-a com as próprias mãos. Depois de uma breve discussão com o padre traidor e dado o fato de que este também havia cometido um grave delito ao se relacionar com uma mulher casada, os dois acordaram que nada seria dito sobre o ocorrido daquela noite, devendo cada um deles guardar o segredo que sabia sobre o outro.

Passado um tempo, José da Silva caminhava em direção a São Brás, fazenda onde morava, quando foi alvejado por um tiro. Vítima de uma emboscada planejada e efetuada pelo cônego Diogo, que temia a revelação de seu segredo, o pai de Raimundo faleceu, deixando sua propriedade abandonada e seu filho bastardo aos plenos cuidados do irmão e da cunhada. Tendo ficado sozinha na enorme fazenda e completamente desolada por tudo o que lhe havia acontecido, Domingas tornou-se um ser esquelético e bestial, que perambulava por São Brás e era tida como doida pelos demais habitantes da região.

Com o falecimento de seu pai, Raimundo foi enviado ainda pequeno para Lisboa, onde permaneceu durante anos e teve uma ótima educação. Formado em direito na cidade de Coimbra, o mulato viajou por vários países da Europa, onde teve contato com as ciências que estavam em voga naquele período e, em especial, com o positivismo de Auguste Comte. Embora nunca tenha suspeitado de sua origem mestiça, as indagações e incertezas em torno de seu passado e de seus pais sempre estiveram presentes em seus pensamentos, provocando-lhe muitas inquietações. Assim, quando, aos 26 anos, decidiu voltar para o Brasil a fim de efetuar a venda das terras e propriedades de

que dispunha, Raimundo encontrou uma oportunidade para desvendar os mistérios que rodeavam a sua verdadeira história.

Na província de São Luís, o jovem hospedou-se na casa de seu tio Manuel Pescada, importante comerciante português. Junto dele moravam a sogra, D. Maria Bárbara e sua filha, Ana Rosa, além dos caixeiros que trabalhavam nas lojas da família e os escravos da casa. Mas o convívio no sobrado da rua da Estrela contava ainda com a presença constante do estimado e respeitado cônego Diogo que, por ser muito amigo da família, tornara-se o padrinho de Ana Rosa e o principal conselheiro do pai da menina. Sendo, portanto, facilmente influenciável pelo homem religioso, Manuel Pescada pretendia casar sua filha com seu funcionário Luís Dias. Afinal, este era um homem trabalhador e, acima de qualquer outra qualidade que pudesse apresentar, era branco e português. Por outro lado, o caixeiro via no casamento com a filha do patrão uma excelente oportunidade para subir na vida e elevar sua condição social e econômica, considerando que o pai da moça havia lhe prometido uma sociedade comercial caso fosse concretizada a união matrimonial.

Entretanto, Ana Rosa repudiava completamente a figura desleixada e sem nenhum atrativo de Dias. A indiferença em relação ao funcionário de seu pai tornou-se ainda maior quando Raimundo hospedou-se em sua casa. Deslumbrada com o charme daquele homem diferente, bem educado e muito instruído, a filha de Manuel da Silva apaixonou-se por seu primo mulato, que também se deixou levar pelos encantos da moça. Descoberto o sentimento que tinham um pelo outro, decidiram se casar. Assim, em uma viagem de negócios a São Brás com o tio, Raimundo aproveitou para fazer o pedido de casamento que, no entanto, foi negado por Manuel Pescada. A justificava dada pelo pai de Ana Rosa foi que, apesar de reconhecer as inúmeras qualidades de Raimundo (rapaz de educação refinada pelos anos em que viveu na Europa, bem instruído, portador de boas maneiras e herdeiro de seu irmão), não podia desconsiderar o fato de que seu sobrinho era um mulato forro à pia, fatores que, juntos, tornavam Raimundo um ser inferior racial e socialmente.

A negação feita ao pedido de casamento ocasionou, portanto, na revelação da verdadeira ascendência do jovem mulato, que descobriu ser sua mãe a estranha negra com quem havia se encontrado na visita realizada à fazenda São Brás. Perturbado com a infeliz descoberta acerca de seu passado

e de suas origens, o rapaz começa a refletir sobre aquela condição de existência que se fazia nova aos olhos dele, mas que já era tão conhecida pelos demais moradores de São Luís. Nascia, assim, a consciência de Raimundo diante da sociedade maranhense e, conseqüentemente, a explicação para as inúmeras vezes em que foi tratado com reservas e distanciamento pela população provinciana.

Embora a atitude do pai de Ana Rosa tenha contado com o apoio da avó da moça e da “boa sociedade” maranhense, que condenavam veementemente o casamento entre uma mulher branca e um homem de cor, a origem mestiça do primo em nada modificou os sentimentos que a jovem sentia em relação a ele. Apaixonado, o casal decidiu dar continuidade ao romance, planejando, para isso, um plano de fuga. Novamente a união dos dois foi impedida. Por meio das mais perversas artimanhas, o cônego Diogo manipulou Luís Dias para ajudá-lo a concretizar o plano que havia articulado a fim de separar o casal e por fim, de uma vez por todas, à presença desestabilizadora do mulato. Assim, após ter seu plano de fuga revelado e interrompido, Raimundo não teve tempo de agir, pois, momentos depois, seria assassinado, pelo tiro de um revólver entregue ao Dias pelas mãos do cônego.

O choque causado em Ana Rosa ao ver a figura de seu amado morto resultou no aborto do filho que a jovem esperava e que era fruto da relação que manteve com o primo. Por outro lado, o crime não abalou o restante da cidade e o verdadeiro assassino nunca foi descoberto. Dois anos mais tarde, Ana Rosa já estava casada com o antigo caixeiro de seu pai, tornando-se ao lado dele uma figura de destaque na elite branca da capital do Maranhão.

Resumida a história narrada por Aluísio Azevedo, tem-se que é o cônego Diogo quem assume o papel de vilão da trama, manipulando pessoas e articulando planos para “eliminar” o mulato Raimundo (elemento perturbador) em meio àquela sociedade que ainda permanecia predominantemente escravocrata. Entretanto, ele não é o único inimigo do mulato e, figurativamente, da miscigenação, elementos defendidos pelo autor da obra. Os demais personagens, coletados da própria sociedade maranhense, atuaram como símbolos do conservadorismo decadente e do tradicionalismo colonial, que permitiam a continuidade das malfadadas instituições imperiais (dentre elas, a escravidão, a Igreja Católica e o regime monárquico são os

principais alvos do escritor) e do ignorante preconceito racial e social em relação aos homens de cor. A permanência desta mentalidade atrasada e que em nada condizia com o pensamento moderno e os modelos estrangeiros representava um enorme obstáculo ao progresso da província, e, de forma mais geral, do país como um todo. Afinal, o preconceito contra os mulatos, ainda tão vivo na cidade de São Luís, impedia a aceitação da união entre as diferentes raças e, conseqüentemente, o branqueamento e a aculturação da população.

Admitindo esta lógica que se apresenta ao longo da narrativa e tendo em vista que "(...) do circuito de ideias das últimas décadas do século XIX muitas tiveram ressonância em *O Mulato*, fazendo esteira para a arte crítica do autor: positivismo, anticlericalismo e crítica ao preconceito racial"²⁵, o mulato de Aluísio Azevedo foi colocado em cena para representar o símbolo do clareamento racial e cultural da nação brasileira, assumindo o papel de elemento perturbador da sociedade na medida em que a obrigava a se desmascarar sob todos os aspectos. Assim, ao discutir a adaptação dos homens de cor em um quadro extremamente adverso, marcado pelo drama social e racial daqueles que saíam da escravidão para tornarem-se pessoas livres num país onde a própria forma de governo estava sendo questionada, Aluísio Azevedo preocupou-se em situar o regime servil e os males que ele acarretava como um problema que dificultava o alcance de uma vida mais civilizada no Brasil. Para isso, o autor mesclou a realidade da ficção à própria realidade brasileira que vivenciava e da qual fazia parte, relacionando a discussão da questão racial com outros assuntos de extrema relevância naquele período, como o papel da Igreja Católica na sociedade, o fracassado regime imperial e os preconceitos ignorantes que permaneciam como resquícios da atrasada mentalidade colonial e portuguesa.

Analisado o contexto social e político no qual Aluísio Azevedo estava inserido, bem como os caminhos traçados pelo escritor ao longo da segunda metade do século XIX, período em que uma série de questões eram debatidas e analisadas a fim de melhorar a realidade brasileira, a abordagem aqui proposta visa compreender e analisar as influências das teorias raciais e do pensamento europeu dentro do romance *O Mulato*, considerando as

²⁵ ALMEIDA, op. cit., pp. 150.

adaptações, transformações e permanências da sociedade na qual ele estava inserido. Para isso, os textos publicados pelo autor em jornais de destaque na sociedade maranhense foram instrumentos fundamentais para uma melhor contextualização do romance e das ideias que marcaram o pensamento de Aluísio Azevedo. Afinal, no século XIX a literatura acontecia na imprensa ou, de diversas maneiras, permanecia relacionada a ela, considerando ainda que muitos dos escritores atuavam conjuntamente como romancistas e jornalistas.

[capítulo um]

Cenas de escravidão e preconceito racial: a realidade reconstruída na ficção

Nascido na província de São Luís do Maranhão, em 1857, onde predominava, assim como no resto do país, a mentalidade escravocrata e o preconceito racial contra os negros e seus descendentes, Aluísio Azevedo encontrou no cerne da sociedade maranhense os modelos sociais a partir dos quais escreveu o romance *O Mulato*. O contato com as manifestações de racismo, violência e discriminação em relação aos negros, escravos e mulatos, tão presente no cotidiano e nos costumes do Maranhão, contribuiu para que o jovem escritor assumisse uma postura bastante combativa e crítica em relação à escravidão, considerada por ele uma vergonha para o país pelo modo como degradava moralmente a população e se mostrava incompatível com os projetos de edificação de uma nação moderna. Paralelo a isto, tendo em vista o lugar ocupado pelas lembranças e experiências de Aluísio Azevedo no momento em que decidiu se dedicar ao romance, o autor participou de importantes círculos de intelectuais de sua época, possibilitando ao escritor maranhense um conhecimento mais aprofundado da filosofia positivista e o fortalecimento de suas convicções abolicionistas e republicanas.

Em São Luís do Maranhão, Celso Magalhães, um dos principais representantes e defensores do positivismo, exerceu considerável influência sobre o pensamento e o posicionamento crítico, principalmente em relação ao modelo social maranhense, que seria adotado por Aluísio Azevedo. O “jovem líder da corrente positivista e abolicionista”¹ publicou em jornais como *O País*, *O Diário do Maranhão* e *O Domingo*, causando grandes escândalos em sua cidade natal, devido ao ataque que fazia aos preconceitos nela existentes, denunciando os horrores da escravidão. A imprensa de São Luís tornou-se palco de grandes debates entre partidários e opositores da abolição do regime escravocrata, revelando-se, também, como um meio de denúncia

¹ MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra 1857-1913: o verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, RJ; Brasília, DF: Espaço e Tempo: INL, 1988, pp. 82.

da mentalidade tradicionalista dos maranhenses e da extrema dependência em torno do trabalho escravo. Dentre os acontecimentos marcantes da época e que suscitaram um enorme alvoroço na província e conturbaram a vida rotineira de seus moradores estão a questão Inocêncio e o processo que a ela se seguiu.

No ano de 1876, quando Aluísio Azevedo se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro, Ana Rosa Viana Ribeiro², senhora da alta sociedade, foi acusada de praticar atos de violência contra uma criança mulata, ocasionando a sua morte. Defensor da causa abolicionista e crítico contundente dos horrores da escravidão e dos preconceitos sociais existentes em São Luís do Maranhão, Celso Magalhães interveio no caso, movendo um processo criminal contra aquela senhora e pedindo que fosse efetuada a sua prisão. O suposto crime e a acusação feita pelo promotor público repercutiram de forma estrondosa sobre os demais habitantes da cidade, rendendo uma série de artigos e publicações na imprensa que revelavam tudo o que acontecia no decorrer do processo, chegando até mesmo a serem publicados os laudos médicos realizados no cadáver do menino. Sobre o caso, surgiram duas versões controversas, definidas a partir dos resultados dos exames de corpo delito e da intenção de cada uma das partes em incriminar ou absolver a ré. A primeira avaliação, publicada na íntegra no jornal *O País*, concluiu que o escravinho Inocêncio apresentava sevícias por todo o corpo, tendo sido vítima de maus tratos e castigos, que não foram imoderados, mas repetitivos e continuados, o que fez com que a criança não resistisse. Acrescentou, ainda, que os castigos provavelmente foram praticados com cordas, chicotes ou qualquer outro instrumento de maior peso ou capaz de ferir categoricamente³. Diante deste resultado, o Doutor Paula Duarte, advogado de Ana Rosa, pediu que o corpo do menino fosse exumado e novamente analisado. Os novos peritos apresentaram um laudo médico diverso que, em determinados pontos, contestava o exame

² É interessante a coincidência entre os nomes da senhora que levou à tona o caso Inocêncio e a personagem por quem o mulato se apaixona no romance. Embora apresentem características bastante controversas no que diz respeito à maneira como tratavam seus criados, as duas mulheres eram moças brancas, de famílias religiosas e bem vistas pela sociedade da época. Além disso, protagonizaram cenas da realidade e da ficção de Aluísio Azevedo, fazendo parte direta e indiretamente do enredo criado por ele.

³ Exame de um cadáver. *O País*. Maranhão, número 192, pp. 3, nov. 1876.

feito anteriormente e garantia a inocência da senhora acusada. A morte de Inocêncio foi avaliada como natural e comprovada pela existência de vermes “*anchylostomus duodenaes*”, o que confirmou a moléstia qualificada por “*hypoemia intertropical*” (conhecida popularmente nos dias de hoje como amarelão), fato que por si só teria sido suficiente para ocasionar o falecimento do menino. O novo exame de delito reconheceu a existência de castigos e sevícias, bem como uma contusão na cabeça do menino, também apontada pelo primeiro laudo médico, entretanto, caracterizou-os como insuficientes para ocasionar a morte, considerando que não era possível determinar a natureza do ferimento na cabeça e que as marcas destes castigos pareciam ser anteriores à data de aquisição do escravo pelos senhores da família Ribeiro⁴.

Apesar das divergências entre as constatações apresentadas a respeito do real motivo que ocasionou a morte do pequeno escravo, as duas versões dadas pelos peritos reconheceram a existência de sinais de castigos e maus tratos cometidos contra o menino. Estas marcas encontradas pelo corpo de Inocêncio e o modo como os discursos foram produzidos em torno delas revelam muito de como a própria sociedade maranhense compreendia a escravidão e se portava em relação aos cativos.

Convicto de que Ana Rosa Viana Ribeiro havia cometido um ato de crueldade que pôs fim à vida de Inocêncio, Celso Magalhães procurou fundamentar a sua denúncia por meio dos precedentes da ré, expondo um termo de segurança assinado por ela em favor de uma escrava que havia dado queixa à polícia por ter sido vítima de maus tratos, indício irrefutável, no entendimento do promotor, de que aquela ilustre senhora tinha o costume de aplicar castigos em seus escravos e ser severa com eles. Considerando esta dupla acusação (assassinato do pequeno mulato e maus tratos em relação aos escravos) e no intuito de refutá-la perante o júri, o Doutor Paula Duarte apresentou uma defesa bastante conservadora e característica de uma sociedade que se mostrava acostuada à escravidão e àquilo que ela produzia de mais desumano. O advogado salientou que o Norte era uma região em que marcadamente predominava o trabalho escravo e, dadas estas circunstâncias, “(...) ao senhor não podia ser tolhido o direito de infringir castigos aos seus

⁴ “A morte de Inocêncio”. *O País*. Maranhão, número 193, pp. 2-3, nov. 1876.

escravos, reprimir-lhes os vícios e defeitos”⁵. Era preciso preservar a ordem social e isto significava manter os cativos em seu lugar de subordinação, realizando corretamente seus deveres e servindo aos seus senhores. Neste sentido, os castigos faziam parte de uma mentalidade escravocrata, em que a relação senhor-escravo deveria ser respeitada por todos ao invés de ser punida como um crime. Afinal, como expôs Paula Duarte, Ana Rosa era uma senhora que ocupava uma posição extremamente elevada perante a sociedade maranhense, pois era mãe de família, boa esposa, amiga e companheira⁶, características que jamais poderiam pertencer a uma pessoa capaz de cometer atos exagerados de crueldade, mesmo que estes fossem aplicados contra os escravos de forma corretiva.

Paralelo a esta justificativa apresentada pelo advogado da ré em relação ao direito do senhor em castigar seus escravos tem-se ainda todo um discurso construído a partir das características morais das testemunhas. Tal discurso aparece como uma forma de consolidar a imagem respeitável que se pretendia fazer da própria acusada e do círculo social do qual ela fazia parte, bem como uma maneira de ressaltar o negro como ser que não merecia nenhuma credibilidade porque era inferior, portador de hábitos imorais e vícios.

Em um dos depoimentos apresentados no julgamento da distinta senhora, o Dr. José Mariano Costa, chefe de polícia da província, declarou que, anteriormente à morte de Inocêncio, uma preta que se identificou como avó deste e de outro menino chamado Jacinto compareceu à delegacia da cidade com a finalidade de denunciar os maus tratos cometidos contra seus netos por Ana Rosa Viana Ribeiro. Entretanto, a queixa apresentada pela escrava Simplicia Teixeira Belfort não foi suficiente para sensibilizar as autoridades e livrar os dois pequenos mulatos dos castigos e maus tratos dos quais eram vítimas. Assim, no dia 27 de outubro de 1876 o chefe de polícia de São Luís foi solicitado a comparecer na casa do Dr. Carlos Fernando Ribeiro para que examinasse o cadáver do pequeno Jacinto, a fim de que fossem extintas quaisquer dúvidas a respeito dos motivos que levaram ao falecimento do escravinho de modo que nenhuma culpa fosse imputada à senhora deste. Aproveitando-se da presença da autoridade policial, Ana Rosa pediu que

⁵ Julgamento. *Diário do Maranhão*. Maranhão, número 1067, pp. 2-3, fev. 1877.

⁶ *Ibidem*, pp. 2-3.

também fosse verificado o estado de saúde em que se encontrava Inocêncio, já bastante debilitado, como estava seu irmão Jacinto dias antes de morrer. Sobre o que encontrou na residência da família Ribeiro, o Dr. José Mariano Costa afirmou que o corpo do menino falecido apresentava sinais antigos de castigos e feridas já cicatrizadas e que Inocêncio encontrava-se anêmico e com inchaço na perna, o que apontava para a grande possibilidade de este menino também vir a falecer, como de fato ocorreu⁷.

Entretanto, apesar das marcas encontradas nos dois mulatos e das claras evidências de maus tratos, o testemunho encaminhou-se em torno da construção de uma imagem positiva acerca da bondade de Ana Rosa Viana Ribeiro como senhora de escravos. Faço tal conjectura porque, na declaração proferida pelo então chefe de polícia da província de São Luís do Maranhão, foi ressaltado o fato de que as sevícias encontradas eram muito antigas, o que indicava que estes sinais foram resultado dos castigos aplicados por outro proprietário. A autoridade policial afirmou, ainda, que a senhora teria chorado pela morte do menino Jacinto e se preocupado com o estado de Inocêncio, permitindo que o Dr. José Mariano Costa acreditasse na inculpabilidade de Ana Rosa e se oferecesse para ser testemunha, caso ocorresse a morte do segundo menino⁸. Paralelo a isso, como já foi apontado, a própria avó dos escravinhos, Simplicia Teixeira Belfort, havia registrado queixa na delegacia a respeito dos maus tratos e sevícias cometidos contra os dois irmãos, porém nada foi feito para que esta denúncia fosse comprovada. E, se houve um exame realizado pela autoridade policial, este apenas serviu para dar embasamento à defesa de que a ilustre esposa do Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro era vítima de uma acusação infundada e infame. Afinal, segundo afirmou o Dr. José Mariano Costa, as reclamações apresentadas pelos escravos contra seus senhores eram bastante frequentes perante a polícia maranhense, mas quase sempre sem fundamento, considerando que estes cativos, ao serem examinados pelo chefe de polícia, não apresentavam em seus corpos sinais dos maus tratos e das sevícias sobre os quais haviam se queixado. “[...] Assim, pois, tem ele testemunha se tornado muito cauteloso em apreciar as queixas dos escravos contra seus senhores”⁹.

⁷ “A morte de Inocêncio”. *O País*. Maranhão, número 194, pp. 2-3, nov. 1876.

⁸ *Ibidem*, pp. 3.

⁹ *Ibidem*, pp. 3.

Este testemunho apresentado pelo então chefe de polícia da província caminhou ao encontro do que pretendia o Dr. Paula Duarte em seu discurso de defesa em relação à tão prestigiada senhora Ribeiro. Na tentativa de contradizer e desqualificar a segunda denúncia feita por Simplicia Teixeira Belfor, desta vez sobre o assassinato de seu neto Inocêncio, o advogado da ré procurou destacar o testemunho apresentado pela avó dos dois escravinhos como suspeito de parcialidade e fruto de uma especulação caluniosa da qual ela era comparsa e figurante. A acusação contra Ana Rosa Viana Ribeiro se tornava ainda mais deficiente, segundo a defesa desta senhora, por ter como principal denunciante uma mulher que poderia apresentar intenções próprias e nada imparciais em sua denúncia pelo simples fato de ser parente próxima de Inocêncio. Além disso, o Dr. Paula Duarte afirmou que Simplicia não merecia o mínimo de atenção por parte do julgador do caso, se fosse considerado que esta mulher apresentava hábitos, educação e moral depravados, atributos que por si só eram suficientes para colocar em dúvida qualquer queixa ou reclamação proferida por ela.

Uniram-se, portanto, no discurso de defesa apresentado ao júri do caso Inocêncio, dois pontos fundamentais na constituição da mentalidade escravocrata presente na província de São Luís do Maranhão: o reconhecimento de que os castigos cometidos contra os escravos representavam um direito dos senhores, bem como a ideia de que o negro e seus descendentes eram seres inferiores, imorais e depravados, características que justificavam a necessidade de subordinação destes em relação ao homem branco e, conseqüentemente, fomentavam o preconceito racial. Nesta lógica, o escândalo provocado nesta sociedade resultou mais da insatisfação em torno da acusação feita a Ana Rosa do que pelos maus tratos que levaram à morte do menino Inocêncio. E, apesar dos esforços do promotor público, Celso Magalhães, em expor toda a crueldade e a brutalidade que nortearam o crime cometido contra o pequeno mulato, na tentativa de denunciar a própria escravidão como uma instituição que deturpava a moral e os costumes, porque produzia seres extremamente desumanos como eram os senhores de escravos, a população maranhense colocou-se em defesa da prestigiada senhora, que foi absolvida por unanimidade no tribunal. Esta reação tão favorável à ré revela que a acusação feita sobre o suposto crime representava uma afronta para a maioria dos moradores daquela província,

ainda extremamente dependente do trabalho escravo e onde predominava um intenso preconceito de cor, fosse ele contra os negros e mulatos escravos, libertos ou seus descendentes livres.

Mesmo longe, Aluísio Azevedo não podia deixar de ignorar estes acontecimentos e debates que ocorriam no Maranhão, sendo que o jornal *O País*, um dos principais divulgadores da polêmica sobre a morte do escravo Inocêncio, chegava ao Rio de Janeiro e possibilitava o acesso às informações vindas de São Luís. Além disso, quando, em 1878, o jovem escritor retornou à sua província natal, passou a fazer parte do círculo de pensadores liderados por Celso Magalhães, tornando-se amigo deste e acompanhando de perto todo o desenrolar das ameaças e acusações feitas a ele pela sociedade maranhense, o que resultou na destituição do intelectual do cargo de promotor público.

De volta a São Luís, onde uma minoria branca e de origem portuguesa formava uma espécie de “casta dominante” e a economia, baseada principalmente no trabalho escravo, tornava-se cada vez mais decadente, Aluísio Azevedo assumiu sua posição política e social, de acordo com os ideais positivistas e abolicionistas que o influenciaram¹⁰. Foi observando e analisando esta sociedade que o jovem escritor encontrou os personagens para o seu novo romance: *O Mulato*. Afinal, episódios de violência contra os escravos, como o que foi denunciado pelo intelectual Celso Magalhães, faziam parte da realidade provinciana de São Luís do Maranhão o que, sem dúvida, foi fundamental para a reflexão feita pelo autor em sua obra, a partir da qual fez intensas críticas ao modelo social maranhense, condenando a permanência da escravidão e o intenso preconceito racial, principalmente contra os mulatos¹¹.

¹⁰ O contato com a figura engajada e combativa de Celso Magalhães foi importante para reforçar em Aluísio Azevedo o entusiasmo pelas novas ideias que circulavam pelo país, principalmente o positivismo, e consolidar suas convicções e posicionamentos em relação a questões candentes e bastante polêmicas em sua época, como o papel da Igreja na sociedade e a escravidão.

¹¹ O livro *O cativo*, escrito por Dunshee de Abranches e onde estão registradas as lembranças de Dona Emilia, mãe de Aluísio Azevedo, contém valiosas informações a respeito da sociedade de São Luís e do desprezo que esta demonstrava em relação aos negros e mulatos. É possível considerar que as lembranças registradas neste livro tenham sido transmitidas ao escritor maranhense ou até mesmo o influenciado quando se

Assim, ao contar a história de Raimundo, Aluísio Azevedo mesclou a ficção com a realidade, no intuito de interferir na sociedade de seu tempo.

Pelo tom abolicionista presente no romance *O Mulato*, as cenas de maus tratos contra os negros cativos e as demonstrações de preconceito de cor aparecem disseminadas por todo o romance e carregam consigo as ideias, concepções e impressões do próprio autor. São corriqueiros, por exemplo, os momentos em que D. Maria Bárbara se refere aos negros e aos mulatos por meio de nomes pejorativos e de cunho racista ou faz reclamações a respeito do serviço mau feito e atrasado realizado pelos escravos da fazenda. A reação desta personagem diante da notícia de que sua neta pretendia se casar com um mulato é bastante elucidativa a respeito do intenso escrúpulo de sangue que constituía o caráter da avó de Ana Rosa:

"[...] Pois olha, se tivesse que assistir ao teu casamento com um cabra, juro-te, por esta luz que está nos alumando, que te preferia uma boa morte, minha neta! Porque serias a primeira que na família sujava o sangue! Deus me perdoe pelas santíssimas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo! Gritava ela, pondo as mãos para o céu e revirando os olhos, mas tinha ânimo de torcer o pescoço a uma filha, que se lembrasse de tal, credo! Que nem falar nisto é bom! E só peço a Deus que me leve, quanto antes, se tenho algum dia de ver, com estes que a terra há de comer, descendente meu caçando a orelha com o pé!"¹²

Rodeada de significados negativos, a mistura entre as raças é vista como algo tão nocivo, que D. Maria Bárbara prefere ver a neta morta a vê-la casada com um mulato. O discurso proferido por esta personagem contra o casamento de Ana Rosa e Raimundo reveste-se de tonalidades ainda mais preconceituosas e racistas quando a senhora pede para que Deus a leve antes que tenha a infelicidade de ver seus descendentes "caçando a orelha com o pé", o que indica para a forma animalesca e degradante como ela compreende a condição dos negros e de seus descendentes. Na realidade, a maioria dos personagens demonstra certa aversão aos homens de cor – fossem eles negros ou mulatos,

dedicou ao romance *O Mulato*. Ver: ABRANCHES, Dunshee de. *O Captiveiro, memórias*. Rio de Janeiro, 1941.

¹² AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Luís: Tipografia de *O País*, 1881, pp. 434.

escravos, libertos ou livres – e sempre que se remetem a eles não medem esforços para colocá-los como seres inferiores e imorais. Esses discursos apresentam-se na narrativa como uma representação da própria mentalidade maranhense, principalmente quando tratam os castigos praticados contra os cativos como uma necessidade imposta pela indisciplina e pelo péssimo cumprimento do trabalho que lhes era atribuído. Assim, a avó de Ana Rosa foi retratada como uma senhora de muitos escrúpulos de sangue, que “dava nos escravos por hábito e gosto”¹³ e D. Amância Souselas, amiga da família, em sua crítica ao modo supostamente descarado como se portavam os escravos diante de suas obrigações, defendeu que fosse adotada a seguinte postura: “Chicote! chicote, até dizer basta! que é do que eles precisam!”¹⁴ Esta lógica assumida por Aluísio Azevedo ao retratar e caracterizar os personagens em seu romance *O Mulato* assemelha-se bastante à posição adotada pela população de São Luís e à defesa apresentada pelo Dr. Paula Duarte em relação ao caso Inocêncio. Afinal, o direito dos senhores em castigar seus criados e o entendimento do negro como ser inferior e dissimulado apresentam-se constantes tanto no discurso em torno do processo movido contra Ana Rosa Viana Riberio, quanto na trama de Aluísio Azevedo. Isto não significa que haja uma relação direta entre o que foi narrado pelo jovem escritor e a polêmica causada pela acusação de Celso Magalhães, mas que os personagens de ambas as histórias, independentemente de serem fictícios ou não, atuaram de modo coerente com as posturas e comportamentos que faziam parte do cotidiano e dos costumes de uma sociedade ainda bastante marcada pela escravidão.

No entanto, mesmo sendo constantemente condenados pela maneira que realizavam os seus deveres como escravos e por possuírem um caráter desviante e imoral, os cativos foram representados, na obra de Aluísio Azevedo, como extremamente necessários para o ritmo da vida da burguesia maranhense¹⁵. Posicionando-se de forma bastante irônica e crítica em relação

¹³ Ibidem, pp. 266.

¹⁴ Ibidem, pp. 309.

¹⁵ Em uma conversa com Raimundo, Freitas, um empregado público e amigo da família Silva, se posicionou da seguinte maneira a respeito dos escravos: “Reconheço que nos são necessários, reconheço!...mas não podem ser mais imorais do que são!...As negras, principalmente as negras!... São umas muxurubas, que um pai de família tem em casa, e que dormem debaixo da rede das filhas e que lhes contam histórias indecentes! É uma

a este assunto, o autor expôs em sua narrativa que a dependência em relação aos escravos não se dava apenas porque a força de trabalho destes era a base da economia do Maranhão naquela época, mas também pelo fato dos senhores e suas famílias serem incapazes de realizar as mais simples tarefas, como trocar de roupa ou descalçar um sapato, sem que um negro os ajudasse ou fizesse ele próprio este serviço. É caso de Ana Rosa que, ao se recolher para o quarto, pede para que sua “mãe pretinha” – modo como se referia a sua ama de leite – a auxilie no momento de se despir:

“E estendeu-se negligentemente em uma cadeira, entregando à criada os pés pequeninos e bem calçados.

Mônica tomou-os, com amor, entre as suas mãos negras e calejadas; descalçou-lhe cuidadosamente as botinas, sacou-lhe fora as meias; depois, com um desvelo religioso, como um devoto a despír a imagem de Nossa Senhora, começou a tirar as roupas de Ana Rosa (...)”¹⁶.

É interessante notar, a partir desta passagem, que a crítica pretendida pelo autor não se concentra apenas na necessidade que Ana Rosa apresenta em relação ao auxílio de sua ama de leite, mas no modo como esta realiza o serviço que lhe é incumbido. O desvelo e carinho dedicados por Mônica à sua Iaiá simbolizavam a expressão de um “amor maternamente extremo” que a criada não pudera destinar aos seus filhos legítimos, porque estes foram vendidos e enviados para longe dela. A relação de dependência se estende, portanto, à própria negra que, mesmo na condição de forra, “(...) deixou-se ficar em casa dos seus senhores e continuou a desvelar-se pela Iaiá melhor que até então, mais cativa do que nunca”¹⁷. Nesta lógica, a experiência trágica da separação dos filhos e o próprio convívio diário com o trabalho escravo, transformaram Mônica em um ser completamente submisso, passivo e obediente, capaz de abdicar da própria liberdade para manter-se ao lado de Ana Rosa, como se a frustração por lhe ter sido tirado o direito de exercer

imoralidade! [...] Afianço-lhe, meu caro senhor doutor, que, se conservo pretos ao meu serviço, é porque não tenho outro remédio!” Ver: *Ibidem*, pp. 313.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 326.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 327.

seu papel de mãe pudesse ser recompensada pelos cuidados dedicados tão devotadamente à jovem menina a quem amamentou.

Ao penetrar no espaço de convívio dessas duas personagens, Aluísio Azevedo não intencionava apenas narrar uma situação cotidiana e costumeira da vida maranhense, mas expor seu próprio julgamento – bastante alinhado aos ideais abolicionistas que circulavam na época – sobre as consequências que o regime escravocrata acarretava para toda a população. Afinal, a escravidão havia tornado Ana Rosa uma jovem que, mesmo capaz de realizar uma ação tão simples quanto trocar de roupa, carecia da ajuda de sua criada para fazer isto. Do mesmo modo, a passividade da preta Mônica deu-se por meio da necessidade desta em suprir o amor de mãe legítima, que não pôde ser concretizado, pelo amor fraternal que exerceu como ama de leite. O vínculo criado entre elas não foi, portanto, resultado de uma relação natural entre os seres humanos, mas produto de uma instituição perversa como era a escravidão, capaz de transformar os senhores em seres completamente inativos e ociosos, porque delegavam qualquer atividade aos escravos e fazer com que estes fossem, aos poucos, aceitando o papel que lhes era imposto como ser animalizado e submisso.

A atitude provocadora do autor em relação aos males e perigos acarretados pela vivência da escravidão continua a aparecer ao longo de toda a narrativa. Sendo assim, adiante será analisado um episódio importante para aprofundar a reflexão aqui proposta, pelo tom contundente de protesto e denúncia ao regime servil. Para expor com maior realismo as mazelas sofridas pelos negros cativos, Aluísio Azevedo colocou em cena uma personagem que, embora fosse secundária na trama, assumiu um papel de extrema relevância para a análise e crítica social pretendidas pelo jovem escritor.

Dona Quitéria Inocência de Freitas, esposa de José da Silva e senhora de muita prevenção contra os homens de cor, foi retratada como verdadeira carrasca de seus cativos pelo modo como os tratava: “Foi uma fera! as suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede e ao ferro em brasa”¹⁸. Sua crueldade e racismo ganharam ainda mais vida quando descobriu que o mulatinho Raimundo era fruto do relacionamento de seu marido com a escrava Domingas. A fúria aflorada em

¹⁸ *Ibidem*, pp. 291.

Dona Quitéria que, apesar de muito religiosa e devota, não poupou esforços para se vingar, reservou à negra cativa o seguinte destino:

“Estendida por terra, com os pés no tronco, a cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. A megera, de pé, horrível, bêbada de cólera, ria-se, praguejava obscenidades, uivando nos espasmos flagrantes de cólera. Domingas, quase morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura”¹⁹.

A minúcia dos detalhes colocados pelo romancista nesse momento da trama contribui para esclarecer e reafirmar o seu posicionamento a respeito do modo como o regime escravocrata moldava e transformava os seres humanos, por meio da consolidação de uma relação hierárquica entre senhores e escravos. Para além da dependência recíproca criada superficialmente entre estes dois lados pertencentes ao modelo social escravagista, assunto discutido e analisado acima, tem-se aquilo que a escravidão poderia produzir de mais degradante e imoral: indivíduos cruéis e desumanos, como eram os proprietários de escravos; débeis e lesados, física e mentalmente, como os cativos.

A vingança brutal e maldosa concretizada por Dona Quitéria fazia parte daquilo que ela compreendia ser o seu papel como senhora e dona de escravos. Além disso, o preconceito de cor, fortemente nutrido em toda a sociedade maranhense, contribuía para a adoção de uma postura que condenava o relacionamento entre um homem branco e uma mulher negra, bem como um possível fruto desta relação. Neste sentido, a perversão apresentada na cena acima descrita foi construída por meio do ódio e da violência com que a esposa de José da Silva estava acostumada a tratar determinados indivíduos, porque eram negros e escravos. Atitudes como essas nada mais eram do que produtos da escravatura, que suprimia dos senhores suas características mais humanas para imbuí-los de sentimentos e comportamentos monstruosos e

¹⁹ *Ibidem*, pp. 292.

que beiravam a própria loucura. Isto podê ser nitidamente percebido no modo como foi narrado o prazer e regozijo de Dona Quitéria ao ver o sofrimento de Domingas e de seu filho Raimundo.

E, se a escravidão exercia certo poder como elemento definidor e modelador das posturas, vícios e preconceitos que compunham o caráter daqueles que se valiam do trabalho escravo, também afetava a vida e os hábitos dos cativos. Após o violento castigo e tortura que lhes foram destinados, a escrava Domingas encontrava-se quase morta, em pleno desatino de seus gestos e palavras. Os maus tratos praticados contra ela naquele dia e o horror em ver seu próprio filho sendo vítima do algoz que era Dona Quitéria, fizeram da amante de José da Silva um ser extremamente deturpado, tanto no que dizia respeito à sua aparência física, quanto ao aspecto de bestialidade com que passou a se portar: “Era uma preta alta, cadavérica, tragicamente feia, com os movimentos demorados e sinistros, os olhos cavos, os dentes encarnados.”²⁰

Sobre a maneira como Aluísio Azevedo abordou a questão da escravatura em seu romance, é curioso notar como a situação vivenciada por Domingas na ficção assemelha-se a um episódio verídico da vida do autor maranhense. Em uma crônica publicada no jornal *O Pensador*²¹, Aluísio Azevedo revelou que foi aos doze anos de idade, em uma de suas estripulias pelo convento de Nossa Senhora do Carmo, o momento em que teve seu contato mais marcante com a escravidão, descobrindo toda a crueldade e degradação física e moral que resultavam desta instituição. Neste artigo, publicado no dia 10 de agosto de 1881, Aluísio expôs, em detalhes, o retrato de um mulato que, dentro de um quarto sombrio e úmido,

“(...) estava preso pelas canelas, numa posição incômoda; assentado no chão, as pernas um tanto encolhidas, corpo vergado para frente, e os braços virados para trás, amparando-o. Eu via-lhe o corpo nu, as largas espáduas, afeitas ao trabalho e ao chicote, o pescoço nervoso e distendido pela imobilidade do corpo, via-lhe os bíceps cheios de veias contraídas.

²⁰ *Ibidem*, pp. 411.

²¹ Jornal maranhense de caráter anticlericalista e para o qual Aluísio Azevedo contribuiu com uma série de artigos, como o mencionado. *O Pensador* e as crônicas publicadas nele pelo autor estudado serão melhor analisados nos capítulos seguintes.

Ele, de vez em quando, voltava a cabeça e ria-se para mim, com uma resignação covarde – afigurava-se-me um bicho, um monstro”²².

Do mesmo modo, o tratamento reservado à Dona Quitéria pela forma brutal e desumana como agiu em relação à escrava Domingas pode ser comparado à postura adotada pela população maranhense no caso Inocêncio. A personagem da ficção foi acolhida pelo vigário da freguesia de São Brás – um padre chamado Diogo e que se tornaria cônego de São Luís – e aconselhada a fugir para a fazenda de sua mãe até que José da Silva se acalmasse. Entretanto, nenhuma reprimenda lhe foi feita acerca da violência que cometeu contra a mulher negra e a criança mulata. Situação parecida ocorreu com Ana Rosa Viana Ribeiro que, apesar de ter sido acusada por Celso Magalhães pela morte do escravinho, recebeu apoio de boa parte da sociedade de São Luís, que condenou a atitude descabida do promotor público e absolveu a ré de qualquer tipo de denúncia.

Assim, ao escrever sua obra, o autor deixou transparecer suas ideias, convicções, impressões e interesses sobre o que ele próprio vivenciava. Como é possível perceber, as passagens que se referem aos negros e seus descendentes carregam consigo uma infinidade de significados, que permanecem vivos até mesmo nas entrelinhas do romance, nos gestos e falas de cada personagem. As representações contidas nessas cenas se aproximam, em diversos momentos, para desmascarar o tradicionalismo e os preconceitos que fundamentavam o modelo social de São Luís, bem como o prejuízo que acarretava a permanência do regime servil. Neste sentido, o combate em favor da abolição e contra o preconceito de cor, principalmente em relação aos mulatos, apareceu dentro do romance como fundamental para a modernização da província maranhense.

Se Aluísio Azevedo encontrou na mentalidade social do Maranhão e nas relações entre senhores e escravos um sentido político da vida cotidiana, do qual discordava, a manifestação de sua crítica contra o modelo escravocrata não se fundamentou apenas nas cenas de escravidão presentes no romance. É possível afirmar que a postura e os pensamentos característicos do personagem

²² A ortografia dos artigos de imprensa será atualizada neste trabalho, porém a pontuação e a gramática da época permanecerão na sua forma original. AZEVEDO, Aluísio. Crônica. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, ago. 1881.

Raimundo se aproximavam bastante da ideologia defendida pelo autor da obra. Em determinados momentos da narrativa, o herói do romance adotou uma posição contrária e de censura ao regime servil que era base daquela sociedade, manifestando, por exemplo, profundo incômodo em relação ao modo como D. Maria Bárbara maltratava seus criados ou indignando-se diante da maneira como os habitantes da província falavam e discutiam a escravidão. Suas convicções abolicionistas foram aos poucos ganhando forma dentro da trama, sendo melhor explicitadas no momento em que Raimundo tomou consciência de sua descendência africana:

“[...] Ah! amaldiçoada fosse aquela maldita raça de contrabandistas! Maldita! mil vezes maldita! Com ele quantos desgraçados não sofriam o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio? E quantos outros não gemiam no tronco, debaixo do relho? E lembra-se que ainda havia surras e assassinios irresponsáveis tanto nas fazendas como nas capitais!... Lembra-se de que ainda nasciam cativos porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre!... Lembra-se que a consequência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, que teriam de passar por aquele inferno em que ele agora se debatia vencido! E ainda o governo tinha escrúpulo de acabar por uma vez com a escravatura; ainda dizia descaradamente que o negro era uma propriedade, como se o roubo, por ser comprado e revendido em primeira mão ou em segunda, ou em milésima, deixasse por isso de ser um roubo para ser uma propriedade”²³.

A importância desse excerto se dá pela exposição do próprio pensamento do escritor, que fala por meio de Raimundo, em uma expressão nítida de sua crítica contra o regime escravocrata. Esse paralelo estabelecido entre autor e personagem, realidade e ficção, é possível na medida em que Aluísio Azevedo mostrava-se atento aos acontecimentos e ao estilo provinciano e tradicionalista de São Luís do Maranhão não apenas como romancista, mas como jornalista, publicando uma série de artigos na imprensa, em que discutia as mesmas questões e temas abordados em sua narrativa. O jovem escritor soube, portanto, unir estas duas profissões e aproveitar-se delas para divulgar sua

²³ AZEVEDO, op. cit., pp. 441.

obra e manifestar suas ideias e pensamentos de forma mais contundente. Voltando ao artigo publicado em 10 de agosto de 1881 no jornal *O Pensador* – periódico que será trabalhado com maiores detalhes nos capítulos seguintes – Aluísio Azevedo, após descrever o episódio presenciado no Convento de Nossa Senhora do Carmo, deixou clara a sua crítica, que se apresentava bem próxima do discurso descrito no romance: “(...) pela primeira vez considerei minha pátria uma terra miserável, porque consentia, autorizava com uma lei escandalosa, o escravo”²⁴.

Paralelo a esta provocação feita na imprensa maranhense, um olhar atento para a reflexão de Raimundo no interior da narrativa permite sugerir a indignação do próprio autor diante do contrabando de escravos. Proibido desde 1831, o tráfico atlântico de africanos continuava a ser realizado no Brasil por meio de um rebuscado aparato institucional, dedicado a silenciar a ilegalidade da entrada de milhares de negros no país²⁵. Isto posto, é possível inferir que, ao considerar a escravatura como um roubo, e não como uma propriedade de direito dos senhores, Aluísio Azevedo pretendia destacar, a partir dos apontamentos feitos pelo protagonista de seu romance, a ilegalidade na compra e venda dos negros traficados depois da lei de 1831, além de questionar a hipocrisia como o próprio governo tratava os escravos roubados como propriedades legítimas de seus compradores. Este mesmo tom de denúncia apareceu logo nas primeiras páginas da obra literária, quando o narrador fez alusão ao tráfico de escravos ao retratar o modo animalesco como os africanos eram analisados por seus possíveis compradores:

“[...] Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do dia, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas; batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura como se estivessem a comprar cavalos”²⁶.

²⁴ AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, ago. 1881.

²⁵ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *Racismo: História e Historiografia. História Social – Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*. 2010, n. 19, pp. 33-62, ISSN: 2178-1141. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315/271>>.

²⁶ AZEVEDO, op. cit., pp. 264.

Nota-se que toda a prática que envolvia a comercialização dos escravos, implicando na observação e análise completa de cada um dos cativos, foi apresentada pelo narrador como algo corriqueiro na vida provinciana de São Luís. No entanto, o simples fato de o autor ter ressaltado, com certa ironia, que esta atividade ocorria “à plena luz do dia”, é suficiente para afirmar que esta referência condizia com a indicação de que ali estava sendo realizada uma prática ilegal. Afinal, se não houvesse nenhuma irregularidade no tráfico de africanos, não haveria motivos para que tal ação causasse certo incômodo no escritor por estar ocorrendo em um horário de intenso movimento naquela região da província. Além disso, a referência feita à venda de cativos durante o dia, bem como a condenação desta prática pelo autor do romance, mantém intrínseca relação com a ideia de que o comércio de africanos em nada condizia com os valores e costumes de uma sociedade que se dizia civilizada. Aceitar de forma tão natural a permanência desta atividade significava que São Luís – e o Brasil – ainda precisava dar longos passos para alcançar o mesmo patamar de progresso presente em muitos povos europeus. Admitindo, portanto, a existência deste caráter ilegal, que contribuía para tornar ainda mais precária a liberdade dos cativos, tem-se que o regime servil colocava todo o país em uma situação completamente inferior em relação aos países estrangeiros, sendo considerado como uma mancha moral para toda a nação brasileira.

Situado, então, o problema da escravidão como um dos principais fatores de atraso do país e do Maranhão, por ser uma instituição degradante e desmoralizadora em todos os sentidos, resta refletir acerca do posicionamento do autor sobre o lugar que deveria ser ocupado pelos negros e seus descendentes na sociedade do país. Neste momento da discussão, é importante considerar que o empenho do jovem escritor em defender a causa abolicionista não significava que este reconhecesse a existência de uma total igualdade entre homens brancos e negros.

Não é difícil perceber, por exemplo, que não há, no romance, uma análise da escravidão por meio da perspectiva do negro e que a concepção que este poderia ter sobre o regime servil não foi considerada pelo autor como fator importante a ser apresentado na narrativa como forma de simbolizar o pensamento e a compreensão dos próprios africanos sobre um assunto tão importante para eles. Como ressalta Jean Yves Mérian, os negros não existiam

por si só na trama de Aluísio Azevedo, sendo sempre retratados através das relações que estabeleciam com os seus senhores ou pelo olhar dos demais personagens, que se dividia entre a interpretação dos homens brancos sobre a escravidão e a de Raimundo, que se aproximava dos ideais abolicionistas defendidos por Aluísio Azevedo.

Na realidade, ao tratar da questão racial em seu romance, a qual estava intimamente ligada à defesa da abolição da escravatura, o escritor buscou propor uma solução plausível para uma sociedade que, apesar do forte preconceito de cor, era marcadamente mestiça. Assim, o preconceito racial foi colocado pelo jovem escritor como um obstáculo a ser vencido, considerando que grande parte da população brasileira era composta por mulatos. Sem negar o princípio da desigualdade entre as raças e a ideia de que havia a supremacia do branco em relação ao negro, Aluísio Azevedo, como outros intelectuais da época, preocupou-se em pensar as teorias raciais europeias, adequando-as à realidade nacional e procurando compreender o país a partir de um modelo próprio de análise racial²⁷. Por este motivo, fez do mulato Raimundo o protagonista de seu romance, ressaltando as suas melhores características (físicas, intelectuais e morais), as quais teriam sido herdadas fundamentalmente do pai branco e dos anos em que viveu na Europa. O mestiço representava, no entendimento do autor do romance, o símbolo do branqueamento progressivo da nação e a aculturação brasileira aos moldes europeus, elementos necessários à edificação do Brasil como um país moderno e civilizado.

Como afirma José Luís Fiorin²⁸, há em *O Mulato* um discurso antirracista construído com base em um argumento racista. Afinal, o jovem escritor maranhense não deixava de acreditar na desigualdade entre as raças, nem de colocar o negro em um patamar inferior ao do branco. No entanto, entendia que o preconceito racial em relação aos mulatos poderia ser prejudicial

²⁷ Sobre as teorias raciais em voga na época e a sua influência sobre o modelo racial brasileiro, ver: SKIDMORE, Thomas E. op. cit., e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. op. cit.

²⁸ FIORIN, José Luís. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Org.: Beth Brait, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

ao desenvolvimento do país na medida em que inibia a miscigenação e, conseqüentemente, o processo de branqueamento da sociedade brasileira.

Ao contar a história do mulato Raimundo que, apesar de ser um rapaz de educação refinada, bem instruído e portador de boas maneiras, foi rejeitado pela sociedade maranhense por esta conhecer as suas origens e sua descendência (filho de pai branco com uma escrava negra), Aluísio Azevedo desnudou os preconceitos da província de São Luís e condenou a escravidão como um mal que impedia o país de se lançar rumo ao progresso e à civilização. Nesta lógica, pensar a abolição do regime servil como necessária ao progresso da nação, por ser uma instituição degradante, imoral e desumana, implicava refletir sobre o lugar que os negros e seus descendentes ocupariam na hierarquia social e racial, considerando que boa parte da população brasileira constituía-se principalmente por homens de cor, frutos do amalgamento entre as raças.

[capítulo dois]

O anticlericalismo de Aluísio Azevedo: dos embates públicos na imprensa maranhense à produção artística

Publicado no ano de 1881, diretamente em volume, o romance *O Mulato* surgiu em um contexto marcado não apenas por intensos debates e discussões em torno da abolição da escravidão, mas por um acirrado combate em relação ao poder exercido pela igreja católica. Parte da juventude intelectual da época, liderada por Celso Magalhães, expressava uma série de críticas ao clero maranhense, condenando o poder que lhe era reservado pela monarquia, a influência que exercia perante toda a sociedade e a contribuição dada pela Igreja à permanência do sistema escravagista. Essas ideias anticlericais e bastante vinculadas aos ideais positivistas e republicanos exerceram grande influência sobre o pensamento de Aluísio Azevedo e permaneceram como tema das principais discussões que envolviam a província do Maranhão naquele momento.

Dando continuidade às denúncias feitas por Celso Magalhães, o jovem escritor deu início a sua atuação como jornalista, publicando diversos artigos na imprensa de sua província natal, a partir dos quais expôs seu posicionamento e crítica acerca das instituições imperiais, tomando como base o modelo social maranhense, fortemente marcado pelo preconceito racial e pelos abusos do clero. No ano de 1880, passou a fazer parte de uma associação de jovens “progressistas” que juntos fundaram e se tornaram componentes da direção do jornal *O Pensador*. Apresentando-se como “órgão dos interesses da sociedade moderna” e de intenso teor anticlerical, a maior parte dos artigos publicados neste jornal preocupava-se em denunciar os hábitos licenciosos e autoritários do clero de São Luís e o domínio da Igreja sobre o pensamento da população maranhense. Logo na primeira edição divulgada no dia 10 de setembro de 1880, o periódico deixou bem claro a sua proposta:

“O presente jornal tem um fim: combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade. Não batemos os homens

que o defendem, vimos apenas declarar guerra à ideia de que se fazem sustentáculos. [...]

Nosso programa é extenso como pode ser a esfera do pensamento humano. Pensamos, e pensar é fazer o bem, porque pensar é ser livre, e ser livre é ser bom. *Pensar* é o contrário de *crer*. A Igreja *crê*, e nós *pensamos*. A Igreja *crê*, porque sonha a escravidão universal. Nós *pensamos* porque sonhamos a liberdade da espécie humana. Vós, padres de Roma *credes*, porque explorais a mina da credulidade. Nós *pensamos* porque queremos devassar os mundos em que existem os germens d'essas grandes ideias que se chamam direito, justiça e liberdade. Vós quereis ser uteis á vós mesmos; nós procuramos sel-o aos nossos concidadãos¹.

Assumindo essa postura combativa e provocadora, Aluísio Azevedo atuou como cronista d'*O Pensador*, redigindo uma série de textos que criticavam de forma irônica e contundente o fanatismo religioso da sociedade de São Luís, principalmente o das mulheres da província, e a postura desmoralizante do clero, acusado de praticar atos infames e que contradiziam os preceitos cristãos. O tom de provocação frente aos prelados da província permaneceu presente em todas crônicas publicadas e assinadas pelo autor, que não se intimidou em assinar seus textos com o próprio nome, sem assumir nenhum pseudônimo. Além disso, os jovens redatores e colaboradores do jornal *O Pensador* não impunham limitações ao modo como deveriam se referir ao clero e à Igreja ou à maneira pela qual fariam suas críticas em relação à sociedade da época. Podemos tomar como exemplo expressivo da atitude de provocação e denúncia presente em todo o periódico anticlerical o trecho exposto a seguir e de autoria de Aluísio Azevedo:

“O que tínhamos nós que as ideias do Sr. Cônego tal fossem ou não perniciosas a esta província?! O que nos importava a nos que o bispo tal fosse ou deixasse de ser um pedaço d'asno?! Que lucrávamos nós em demonstrar que o padre tal desorganiza a família, atrasa a instrução publica, desvirtua o trabalho e ataca a tranquilidade de cada um?! Quem nos mandou cogitar que Lovelace seduz, que D. Juan namora?! Que tínhamos nós com vinho

¹ *O Pensador*. Maranhão, pp. 2, set. 1880.

com que se embebeda o prelado ou com as mulheres com que o cônego ceva os seus apetites bestiais”²?

Editado três vezes ao mês, *O Pensador* contava ainda com a coluna conhecida pelo nome Ecos da Rua, talvez uma das mais polêmicas por estampar explicitamente o mau comportamento dos prelados. Em pequenos textos, atitudes como a quebra do celibato e a licenciosidade de certos eclesiásticos e beatas eram expostos a toda a sociedade e, em alguns casos, o acusado era apontado diretamente, sem restrições. Destacando-se pelo tom de irreverência, sarcasmo e malícia, esta seção expunha a intriga local, recorrendo, na maioria das vezes, a diversos apelidos que caracterizavam de forma cômica e debochada os prelados maranhenses. Esse caráter zombeteiro somado ao tom de denúncia pode ser percebido em uma pequena passagem publicada no dia 30 de setembro de 1880: “O Revd. Padre Ozorio continua a receber papinhas da discípula de catecismo!!!! – Padre! Padre...vê lá o que fazes”³.

Assim, é possível inferir que a seção Ecos da Rua tinha grande repercussão na província de São Luís, podendo até mesmo ser, segundo afirma Josué Montello, a mais lida do jornal. No entanto, não se sabe ao certo se houve ou não a contribuição de Aluísio Azevedo para essa coluna. Sobre o assunto, Montello presume que o papel do jovem escritor como colaborador do jornal *O Pensador* não tenha se limitado à seção intitulada “Crônica”, considerando que é possível sentir o “dedo de romancista” característico do autor d’*O Mulato* em outras seções, principalmente naquela que revelava, por meio de pilhérias, as intrigas e particularidades dos eclesiásticos maranhenses⁴.

Mas a atuação de Aluísio Azevedo não se restringiu às publicações feitas para *O Pensador*. Ainda em 1880, o autor assumiu a função de colaborador do semanário *Pacotilha*, também destacou pelo seu caráter anticlerical e pela defesa das novas ideias que circulavam pelo país. O posicionamento político deste jornal pode ser percebido ao longo da leitura de suas publicações. A defesa de uma nova ordem política, por exemplo, aparece destacada em um

² AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, abr. 1881.

³ AZEVEDO, Aluísio. Ecos da Rua. *O Pensador*. Maranhão, pp. 3, abr. 1880.

⁴ MONTELLO, op. cit., pp. 10.

folhetim publicado no dia 23 de maio de 1881 e que foi destinado à crítica do passado, caracterizado por um grupo de velhos homens que permanecem cegos diante das doutrinas cristãs e “beijam a mão de um monarca.” Em contraste com esse grupo, o artigo ressaltava os homens do presente, aqueles que defendiam a bandeira da liberdade, que representava a justiça, o bem e a verdade⁵.

Veiculados em uma sociedade em que ainda predominavam as tradições e crenças católicas, é possível imaginar o alvoroço que esses dois periódicos causaram em São Luís do Maranhão. Contra todas as acusações, das quais muitas se dirigiam à Igreja e ao clero, o jornal *Civilização* se pronunciou de forma tão incisiva e provocante como os jovens redatores que publicavam n’*O Pensador* e na *Pacotilha*. Dentre uma variedade de artigos que tentavam recuperar credibilidade da Igreja e convencer os leitores a respeito dos reais valores cristãos e da importância em segui-los corretamente como forma de garantir a moral da sociedade, cada vez mais enfraquecida, o “órgão dos interesses católicos”, comandado pelos religiosos da província, buscava responder à altura às provocações proferidas aos prelados, tendo como um dos seus principais alvos a figura de Aluísio Azevedo. O intenso combate travado na imprensa contra o clero maranhense e as críticas e insultos devolvidos por parte do jornal católico aprofundaram-se e tiveram uma repercussão ainda maior com a publicação do romance *O Mulato*.

Afinal, os jornais da província de São Luís não foram o único veículo de informação encontrado pelo jovem escritor para expressar suas convicções e propor as mudanças que acreditava serem necessárias ao progresso do país. A literatura também se mostrou como um campo interessante de contestação e divulgação de ideias, sendo que os intensos debates travados na imprensa ocuparam um lugar de grande relevância para o anticlericalismo presente em toda a narrativa do romance *O Mulato*. Assim, é importante considerar a atuação conjunta de Aluísio Azevedo como jornalista e romancista, bem como a proximidade entre os temas e assuntos abordados por ele enquanto se dedicava a estas duas profissões. Analisando paralelamente jornais e romance é possível encontrar uma série de conexões existentes entre o pensamento do cronista d’*O Pensador* e colaborador da *Pacotilha* (reflexo direto das convicções

⁵ Liduvico, *Avant le combat. Pacotilha*, Maranhão, número 37, pp. 02, maio 1881.

e postura do próprio Aluísio Azevedo) e o narrador da história do mulato Raimundo, o que permite inferir que o autor, em sua obra literária, pretendia reafirmar a crítica feita por meio dos artigos e textos publicados por ele na imprensa de São Luís do Maranhão.

O combate à Igreja e aos seus seguidores aparece, portanto, como mais uma fonte de inspiração e de crítica social para a composição da narrativa de Aluísio Azevedo, ocupando um lugar tão importante para a compreensão da obra quanto a questão racial e o teor abolicionista. Na realidade, o anticlericalismo e a denúncia da escravidão e dos preconceitos contra os homens de cor não se apresentam dissociados no desenvolvimento da trama, mas permanecem intrinsecamente vinculados e caminham juntos naquilo que aparenta ser uma tentativa do autor em apontar a religiosidade exacerbada e o fanatismo católico como constituintes e propagadores do preconceito social e racial em relação aos mulatos. Admitindo esta lógica, é possível encontrar, ao longo da narrativa, conexões estabelecidas entre a postura adotada pela sociedade maranhense perante o mulato Raimundo e as crenças religiosas que norteavam o pensamento e as experiências dos personagens. Além disso, há também a crítica em torno da própria figura eclesiástica e do modo como esta era capaz de manipular as consciências e determinar, de acordo com seu próprio interesse, as atitudes e comportamentos de cada um.

Atuando como elemento essencial para a consubstanciação do tom anticlerical do romance *O Mulato*, a personagem do cônego Diogo ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento da trama, adquirindo, em determinados momentos, um papel mais expressivo e dominante do que o de Raimundo, principal protagonista da obra. Embora a primeira descrição feita pelo autor a respeito do personagem religioso não deixe traços de seu caráter maléfico e desonesto, aparentando, inicialmente, ser ele um homem bom e acolhedor, “com seu sorriso discreto e amável”⁶, aos poucos a figura do cônego vai assumindo características extremamente contrárias ao que deveria ser um representante dos preceitos cristãos, transfigurando-se no principal responsável pelas tragédias ocorridas na história contada por Aluísio Azevedo. Logo nas páginas iniciais, a personalidade do religioso torna-se mais transparente aos olhos do leitor, que consegue perceber os primeiros sinais

⁶ AZEVEDO, op. cit., pp. 274.

de racismo e preconceito por parte do cônego Diogo, quando este, em uma conversa com Manuel Pescada sobre a chegada de Raimundo à província, fica enfurecido ao saber que o desejo de José da Silva era de que seu filho com a escrava Domingas fosse padre:

“– Ora o quê, homem de Deus! É só – ser padre! É só – ser padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isto tem jeito?... O governo – e o cônego inchava as palavras – o governo devia até tomar uma medida séria a este respeito! devia proibir aos cabras certos misteres!

– Mas, compadre...

– Que conheçam seu lugar!

E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação.

– E então, parece já de pirraça, bradou, é nascer um moleque nas condições deste...

E mostrava a carta, esmurrando-a – pode contar-se logo com um homem inteligente! Deviam ser burros! burros! que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos!

– Mas, compadre, você desta vez não tem razão...

– Ora o quê, homem de Deus! Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada, por um negro? você queria, seu Manuel, que a Dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você às vezes me parece tolo!

Manuel abaixou a cabeça, derrotado”⁷.

Tem-se, a partir desta passagem, o primeiro vestígio do papel que seria representado pela figura religiosa dentro do romance. Entretanto, no transcorrer dos acontecimentos e na medida em que o enredo se desenvolve, os traços desviantes do cônego Diogo tornam-se cada vez mais acentuados, desnudando-se completamente, até que este personagem assumia o papel de grande vilão da trama, manipulando pessoas e arquitetando planos para “eliminar” a presença desconfortável e perturbadora de Raimundo em meio àquela sociedade já bastante abalada pelas lutas abolicionistas e fortemente marcada pelo preconceito racial e social em relação aos homens de cor.

⁷ *Ibidem*, pp. 278.

É o que acontece quando descobre o romance entre Mundico e Ana Rosa. O modo como o religioso articulou seus argumentos na tentativa de convencer sua afilhada a desistir do envolvimento com o primo mulato ocupa um lugar de fundamental importância para o entendimento da crítica pretendida por Aluísio Azevedo. Adiante veremos um trecho em que o tom de provocação presente na narrativa apresenta-se por meio do paralelo construído pelo autor entre as crenças religiosas, a moral da sociedade e a impossibilidade de uma convivência igualitária entre brancos e negros/mulatos:

“– E não se lembra que com isso ofende a Deus por vários modos. Ofende, porque desobedece a seus pais; ofende, porque agasalha no seio uma paixão que é reprovada por toda a sociedade e principalmente por sua família; e ofende, porque com semelhante união, condenará seus futuros filhos a um destino ignóbil e acobardado de misérias! Ana Rosa, esse Raimundo tem a alma tão negra como o sangue! além de mulato, é um homem mau sem religião, sem temor de Deus! É um – pedreiro livre! – é um ateu! Desgraçada daquela que se uniu a semelhante monstro!”⁸...

Este discurso apresentado pela figura do homem religioso não estava, portanto, desconectado dos preconceitos constituintes da sociedade maranhense e do próprio clero da província, que não podiam desconsiderar o fato de que Raimundo era filho de uma escrava, o que o manchava socialmente, devido ao vínculo com a escravidão, e racialmente, por ter sangue negro em suas veias. Entendendo como necessário extirpar o jovem mulato daquele ambiente que era completamente adverso a ele, o cônego Diogo estabeleceu estratégias para alcançar os seus objetivos e valeu-se da fé e das crenças dos demais personagens para potencializar intrigas e conflitos. Assim, foi possível persuadir Luís Dias - português que pretendia se casar com Ana Rosa a fim de conquistar uma melhor posição no comércio do futuro sogro e enriquecer – a concretizar o fim que deveria ser dado a Raimundo, por meio da argumentação de que a eliminação deste seria um ato de extrema honra e coragem, que resultaria na salvação de Anica e de sua boa família, “(...) em nome da igreja! em nome do bem! em nome da moral!”⁹

⁸ *Ibidem*, pp. 471.

⁹ *Ibidem*, pp. 491.

Ao assumir um papel tão perverso, cruel e manipulador, tramando situações e arquitetando de forma fria e desleal o assassinato de Raimundo, a figura do eclesiástico representou, no interior da narrativa, o símbolo do obscurantismo, do poder e do conservadorismo da Igreja Católica como um todo. A personalidade pérfida e desviante do cônego Diogo apontava para os principais defeitos desta instituição que permanecia vinculada aos interesses da monarquia e pactuava com a escravidão. Esta conclusão é possível na medida em que a atuação de Aluísio Azevedo na imprensa maranhense revelava muito de suas próprias convicções sobre a sociedade de sua época. No início da crônica publicada no dia 10 de agosto de 1881¹⁰, em que o autor relembrou o seu primeiro contato com a escravidão, havia uma intensa crítica acerca do papel representado pela Igreja Católica, dessa vez personificada na figura de Nossa Senhora do Carmo:

“Dantes, quando a ingenuidade e a boa fé eram uma virtude dos maranhenses, não morria fazendeiro rico que não legasse a Nossa Senhora do Carmo algum dinheiro, algumas propriedades ou mais comumente alguns escravos – Nossa Senhora do Carmo chegou a ser proprietária de uma quantidade enorme de escravos, hoje mesmo creio que ainda o é de muitos.

É uma rica capitalista”¹¹.

Na sequência, ao narrar o estado do mulato que permanecia encarcerado dentro de um quarto no interior do convento, o cronista do jornal *O Pensador* deixou mais evidente a denúncia que pretendia fazer, ressaltando a própria crueldade dos prelados pelos maus tratos e castigos que destinavam aos seus escravos, o que os transformava em péssimos exemplos para a população da província. Do mesmo modo, a postura perversa adotada pelo cônego Diogo contra o mulato Raimundo, contribuindo para intensificar a mentalidade de que este representava uma ameaça à ordem e à moral da sociedade e elaborando estratégias para eliminá-lo, salientava o tom de provocação do autor contra a colaboração da Igreja Católica para a permanência das desigualdades sociais

¹⁰ Esta crônica já foi trabalhada no capítulo anterior, mas vale voltar a ela pelos significados presentes neste texto publicado por Aluísio Azevedo.

¹¹ AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, ago. 1881.

e dos preconceitos existentes em relação aos homens de cor. Assim, por admitir uma instituição tão cruel como era o regime servil, beneficiando-se dela do mesmo modo como os senhores de escravos, a Igreja e seus representantes foram retratados no romance *O Mulato* e nos artigos de imprensa de Aluísio Azevedo como propagadores do preconceito racial e, por este motivo, como um dos principais elementos que impedia e prejudicava a incorporação dos mulatos e mestiços na sociedade. Isto era possível porque, aos olhos do jovem escritor, o catolicismo exercia uma enorme influência sobre o pensamento dos habitantes de São Luís, principalmente das senhoras e moças que, habituadas ao confessionário e às crenças religiosas desde cedo, permaneciam mergulhadas em fanatismos e superstições.

E, se os eclesiásticos atuavam como constituintes do meio hostil aos homens de cor, além de apresentarem uma série de atitudes licenciosas que eram condenadas e denunciadas pelos jornais *O Pensador* e *Pacotilha*, de certo que seus vícios e sua má conduta seriam transportados para o seio das famílias maranhenses, cuja mentalidade era facilmente moldada pelos dogmas e preceitos cristãos. Portanto, não foi despreziosamente que Aluísio Azevedo dedicou boa parte de suas crônicas à discussão a respeito da educação e da religiosidade da mulher provinciana, “presa tímida e preciosa” para quem “o padre estende mais afoitamente a sua tromba mole e oleosa para arrastá-la à grilheta espiritual do confessionário”¹². O cronista, assim como os demais colaboradores do jornal *O Pensador*, defendia que o homem de bem deveria combater energicamente a invasão das superstições no espírito das mulheres, afastando-as do convívio com os padres para que elas não se tornassem seres alheios aos cuidados da casa e aos deveres que tinham como filha, mãe e esposa. A tentativa era combater o “estado bestial de credulidade”¹³ em que se encontrava boa parte da população de São Luís que, tomada por uma religiosidade exacerbada e fanática, tornava-se cada vez mais embrutecida e ignorante. Além disso, o cronista do periódico positivista e anticlerical entendia que ao sacerdote, privado da vivência e dos relacionamentos naturais da vida humana, caberia o destino de:

¹² AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, jul. 1881.

¹³ AZEVEDO, Aluísio “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, nov. 1880.

“[...] arranjar com o Papa licença para que ele possa casar, fazer família, afim de poder viver intimamente confortado, na independência feliz e honesta de seu lar, aquecido pelo amor de sua mulher e de seus filhinhos ternos e engraçados, fortalecido no dever, no sacrifício, na luta do trabalho com a vida.

Enquanto ele não tiver tudo isto, a que todo homem tem direito, enquanto ele for de encontro às leis que a natureza sabiamente criou – há de ser mau, sombrio, rancoroso, cheio de inveja e sentindo um ódio surdo, vago por toda a humanidade que é mais feliz do que ele”¹⁴.

Essa discussão, que resultou em tantos embates na imprensa da província, também foi transportada para a obra literária, a partir da qual o autor intencionou representar e até mesmo censurar a lógica da sociedade à qual pertencia. Assim, apesar de o cônego Diogo atuar como elemento central das principais provocações acerca das atitudes e posturas do clero maranhense, o eclesiástico não foi o único personagem colocado em cena para fundamentar a crítica de Aluísio Azevedo às ideias, crenças e dogmatismos da Igreja Católica. Outros personagens, principalmente as figuras femininas, destacaram-se como fundamentais para compreender como o autor trabalhou o tema da religião católica combinando-o ao preconceito racial e social existente em São Luís do Maranhão. Na tessitura da personagem Maria Bárbara, por exemplo, o jovem escritor preocupou-se em: comungar o extremo apressado pela religião à agressividade com que a avó de Ana Rosa tratava seus escravos e demonstrava seus preconceitos:

“Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos dizia ‘Os sujos’ e quando se referia a um mulato dizia ‘O cabra’. Sempre fora assim e como devota, não havia outra: Em Alcântara tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados”¹⁵.

¹⁴ AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, set. 1880.

¹⁵ AZEVEDO, op. cit., pp. 266-7.

Na medida em que ressaltou a figura da mulher religiosa e devota como agregadora de características profundamente ambíguas, Aluísio Azevedo transmitiu no trecho acima um sentido real de provocação e denúncia à mentalidade escravocrata e católica da época. Afinal, ficou claro que a resignação fiel e dedicada de D. Maria Bárbara ao catolicismo não contribuiu completamente para que esta se transformasse em uma pessoa melhor e mais humanizada. Pelo contrário, a sua perversidade em relação aos escravos e o preconceito com que se referia aos homens de cor foram construídos em conjunto com suas atitudes religiosas, moldadas pelos dogmatismos e crenças católicas. Isso se tornou ainda mais nítido na passagem em que o autor do romance descreveu minuciosamente o aposento da personagem, desenhando com sua pena a imagem de uma infinidade de santos, gravuras, orações e demais apetrechos religiosos que demonstravam e afirmavam a “carolice” e candura cristã de Maria Bárbara, mas contrastavam profundamente com “(...) uma formidável palmatória de dar bolos, negra, terrível e muito lustrosa de uso”¹⁶.

A construção dessa ambiguidade também foi colocada em prática na criação da personagem de Dona Quitéria Inocência de Freitas que, embora fosse uma senhora de extremada religião e muito devota, era a verdadeira algoz de seus escravos, portando-se de forma cruel e violenta em relação a eles:

“[...] viúva, brasileira rica, de muita religião e escrúpulos de sangue, e para quem um escravo não era um homem, e o fato de não ser branco, constituía por si um crime.

Foi uma fera! as suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede, e ao ferro em brasa. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda, onde a escravatura, todas as noites com as mãos inchadas pelos bolos, ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava súplicas à Virgem Santíssima, mãe dos infelizes.

Ao lado da capela o cemitério das suas vítimas”¹⁷.

Novamente, Aluísio Azevedo expôs, como em muitos outros momentos da história que contou, uma postura combativa e provocante em relação à Igreja

¹⁶ *Ibidem*, pp. 362.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 291.

Católica e à permanência da escravatura, combinando-as em determinadas personagens na intenção de revelar não apenas as mazelas sofridas pelos escravos, mas o próprio papel da religião na sociedade maranhense, marcadamente escravocrata, e na construção dos preconceitos raciais e sociais contra os homens de cor. Afinal, paralelo às atitudes controversas das figuras religiosas, fossem elas representadas pelo próprio sacerdote cristão ou pelas devotas fervorosas, tem-se uma Igreja que compactuava diretamente com a brutalidade da escravidão ao abençoar as vítimas desta instituição e permitir que os cativos fossem obrigados a cultuar o catolicismo, religião que se mostrava tão cruel e desumana quanto aqueles que se valiam do trabalho africano. Admitindo esta lógica, nota-se que, se a religiosidade e as superstições de Dona Quitéria de Freitas e Dona Maria Bárbara combinavam-se ao comportamento cruel e preconceituoso que elas assumiam como senhoras brancas e proprietárias de escravos, a forma como a capela foi colocada na narrativa nada mais era do que uma metáfora produzida pelo autor no intuito de personificar o ambiente religioso como símbolo do apoio cristão ao regime servil.

Vale ainda ressaltar que, ao colocar em cena personagens agregadoras de tantas ambiguidades e de comportamentos extremamente controversos, que variavam entre a candura da religiosidade cristã e as atitudes péfidas e desumanas praticadas contra os negros escravos e seus descendentes, o autor da obra literária *O Mulato* não apenas fundamentava sua crítica acerca da influência exercida pela religião católica e pelos eclesiásticos na vida provincial de São Luís do Maranhão, como desnudava o caráter e a mentalidade atrasada e tradicionalista da sociedade maranhense, principalmente das senhoras, que acreditavam manter as aparências por trás das crendices e do fanatismo religioso. No entanto, como retratou Aluísio Azevedo, a extremada devoção não contribuía para a humanização dos católicos, mas auxiliava, em muitos momentos e de acordo com a própria postura desviante do clero, na construção e na consolidação do meio hostil aos homens de cor. Neste sentido, a figura do mulato Raimundo ocupou um lugar de fundamental importância no desenvolvimento da narrativa e da crítica pretendida pelo autor, pois foi a partir deste personagem, visto como um elemento perturbador e ameaçador da ordem social e moral, que a sociedade da época pôde ser desmascarada sob

todos os aspectos. Assim, o caráter combativo, provocante e polêmico presente na obra do jovem escritor, em que a ampla descrição dos costumes apareceu como uma maneira de questionar e denunciar as aparências que sustentavam a sociedade de seu tempo, causou extremo furor e descontentamento em grande parte da população maranhense, que se viu retratada e criticada de forma bastante irônica e expressiva.

Não é preciso ir muito longe para observar os intensos debates suscitados pelo romance de Aluísio Azevedo, principalmente na imprensa da província de São Luís. Basta deter-se por um momento nas páginas do principal crítico da obra, o jornal *Civilização*, que, por meio de sua coluna “Por secas e mecas”, atacou sistematicamente a forma como o clero e a religião foram descritos ao longo da narrativa. Em um artigo publicado nesta coluna, em 23 de julho de 1881, sob o pseudônimo de Joaquim de Albuquerque, o romance *O Mulato* foi caracterizado como uma narrativa que:

“(…) opulenta e rebouja o volume com muita impiedade parva e alambazada, muitas objeções fúteis, cuja cabal refutação se acha em qualquer compêndio de filosofia ou livro de polêmica. Após a impiedade vêm muitas coisas burlescas, fora do natural, e somente capazes de abandalhar e enxovalhar a sociedade maranhense [...]

O trabalho completa-se pela mais cínica imoralidade, e infames lubricidades, que pululam desde a primeira à última página”¹⁸!

Este tipo de crítica, apresentada na referida coluna do jornal católico, não se limitava à obra de Aluísio Azevedo, mas era direcionada, em muitos momentos, ao próprio autor, tratado pelo apelido de *Zote*. Como resposta, o jovem escritor deu início a uma seção no jornal *Pacotilha*, a qual denominou propositadamente “Por mecas e secas”. As réplicas aos insultos e “descomposturas” publicadas na *Civilização* apareceram de forma sarcástica e provocadora, na tentativa de expor a total falta de conhecimento dos eclesiásticos sobre os assuntos que publicavam, apontando as críticas dirigidas pelo jornal católico como um “conjunto audaz de falsidade, calúnias

¹⁸ Por Secas e Mecas: Lá vai ‘O Mulato’. *Civilização*. Maranhão, jul. 1881. In: MONTELLO, Josué. op. cit., pp. 274-278.

e ignorância.”¹⁹ Paralelo a isso, Giroflê, pseudônimo adotado por Aluísio Azevedo, em muitos de seus artigos para a *Pacotilha*, em especial para a seção “Por mecas e secas”, se referia aos prelados como seres caricatos e alegava que apenas falava sobre o jornal dos padres para divertir os leitores. Afinal, seria demasiada perda de tempo levar a sério um periódico em que nada se poderia encontrar além de “(...) pilhéria, rezinga, patuscada, intriga, rabugem ou simplesmente tolice”²⁰.

Ao fazer tais colocações acerca do jornal católico, Aluísio Azevedo inseria-se no combate travado na imprensa entre a jovem intelectualidade de São Luís e os clérigos da província. Afinal, os periódicos em que atuou como colaborador e cronista destinavam boa parte de seus artigos e colunas às discussões em torno das novas ideias que floresciam naquele momento e eram defendidas como sinônimos da verdade e da luz, em contradição ao obscurantismo religioso. Veja-se, por exemplo, o texto “Ciência e Religião” publicado no jornal *Pacotilha*:

“Ciência! isto é: o estudo de todos os fatos reais, a busca da verdade em suas manifestações, o livre exame de todas as crenças, a recusa de tudo que não é baseado em um axioma positivo e indiscutível submissão absoluta às leis da razão.

Religião! Isto é: crenças impostas, o domínio pela superstição, o charlatanismo e a mentira, o culto do maravilhoso, a proscricão da razão. Se a ciência marcha em cada século, reunindo novas conquistas ao progresso já adquirido, a religião, pelo contrário encerrou-se em sua imobilidade, recusando energicamente a largar por um pouco o espaço em que prendeu o espírito humano”²¹.

¹⁹ AZEVEDO, Aluísio. Publicações a pedido: Entre meca e seca. *Pacotilha*. Maranhão, número 88, pp. 2, jul. 1881.

²⁰ AZEVEDO, Aluísio. Por mecas e secas. *Pacotilha*. Maranhão, número 76, pp. 2, jul. 1881.

²¹ J. Jacolliot. Variedades: Ciência e religião. *Pacotilha*. Maranhão, número 85, pp. 2, jul. 1881.

O artigo apresentado na coluna “Variedades” contribuiu para demonstrar como o anticlericalismo da imprensa apresentava-se em plena consonância com os ideais positivistas difundidos na época e bastante valorizados pela mocidade maranhense, na medida em que a razão aparece carregada de significados valorativos em detrimento do atraso proporcionado pelo fanatismo religioso, pelas superstições e pela submissão das consciências ao catolicismo. Compartilhando das mesmas ideias e princípios do “hebdomadário crítico e noticioso” (*Pacotilha*), o periódico *O Pensador* também se posicionou contra os eclesiásticos da província, propagando o romance *O Mulato* de modo a esclarecer que a literatura também seria um veículo agregador e difusor das ideias anticlericais do autor da obra:

“*O Mulato*. Com este título será no princípio do mês vindouro publicado um romance do Sr. Aluisio Azevedo, no qual o autor propõe-se argumentar abusos religiosos que se dão n’esta cidade”²².

Como é possível perceber, Aluisio Azevedo compartilhou de um mesmo posicionamento crítico em seus artigos de imprensa e em sua obra literária, na qual deixou evidentes, principalmente por meio do personagem Raimundo, suas principais denúncias em relação à Igreja e à religião católica. No decorrer da narrativa de *O Mulato*, o protagonista do romance assumiu uma postura bastante contrária à mentalidade característica de São Luís – marcadamente supersticiosa e de extremada religiosidade – alinhando-se ao pensamento positivista e à defesa das ciências naturais e das novidades advindas do mundo moderno, fator que o tornou ainda mais indesejado para os habitantes da província e, principalmente, para o cônego Diogo²³. Ultrapassando as margens da ficção, o descontentamento em torno da figura do mulato transpôs-se para a realidade e, mais especificamente, para os debates na imprensa maranhense, levando ao seguinte pronunciamento de Joaquim de Albuquerque a respeito do personagem:

²² AZEVEDO, Aluisio. *Ecoss da Rua. O Pensador*. Maranhão, pp. 3, jan. 1881.

²³ Este assunto será melhor explorado no terceiro capítulo por meio da análise das passagens em que os pensamentos do personagem Raimundo aparecem em discordância com a mentalidade de sua província natal.

"O Dr. Raimundo, filho natural de uma escrava, é obrigado a ser expatriado para Portugal, onde se educa. O tal rapaz torna-se um positivista marau, ímpio, imbuído de certas ideias, que muito o favoneiam, por terem o nome de ideias modernas. Vem, depois de formado, ao Maranhão, enamora-se de uma prima, atira-a no lodo da infâmia e morre assassinado na entrada do Caminho Grande.

Eis aí em que deram as ideias positivistas: levaram o pobre rapaz a dar alimento aos vermes"²⁴!

Dando ensejo aos preconceitos denunciados pelo autor do romance, a crítica feita em torno da figura do mulato Raimundo apresenta-se diretamente relacionada à sua origem e ascendência africana, o que o impedia de casar-se com uma mulher branca. No entanto, além dos problemas que seriam ocasionados pela herança negra, esta pequena passagem deixa entrever que o fato de o mulato ser um homem com ideias tão contrárias às que eram defendidas pela Igreja Católica poderia torná-lo, aos olhos da *Civilização*, um mau marido para Ana Rosa e uma péssima influência para os demais indivíduos. Mais do que isto, a transposição da ficção para a realidade permite inferir que, para o jornal religioso, a aderência às ideias positivistas era vista como um fator suficiente para justificar a eliminação social daqueles que se tornavam partidários delas, ou seja, dos jovens intelectuais que lutavam contra o poder exercido pelos padres maranhenses. Por este motivo, as respostas e réplicas divulgadas na *Pacotilha* e no *Pensador* assumiram uma postura extremamente combativa e incisiva em torno da divulgação e defesa do pensamento positivista e do anticlericalismo.

Assim, foi travado um intenso confronto entre os dois jornais anticlericais e o "órgão dos interesses católicos" e, porque não, entre as diferentes ideologias, convicções e interesses que se faziam presentes por todo o país, dividindo grupos e ocasionando uma série de discussões. Este embate público foi, portanto, essencial para a divulgação do romance, preparando os leitores para a compreensão dos problemas sociais nele abordados. Além disso, tendo em vista o entrelaçamento da atuação profissional de Aluísio Azevedo como romancista e jornalista, este jovem escritor maranhense soube

²⁴ Por Secas e Mecas: Lá vai O Mulato. *Civilização*. Maranhão, jul. 1881. In: MONTELLO, op. cit., pp. 275.

transformar seus artigos e crônicas publicados na imprensa, assim como a sua obra literária, em textos de profunda reflexão sobre a sociedade de seu tempo, discutindo temas e assuntos extremamente polêmicos e importantes para a época, como a questão racial, o preconceito contra os homens de cor e o papel da Igreja Católica na sociedade brasileira.

[capítulo três]

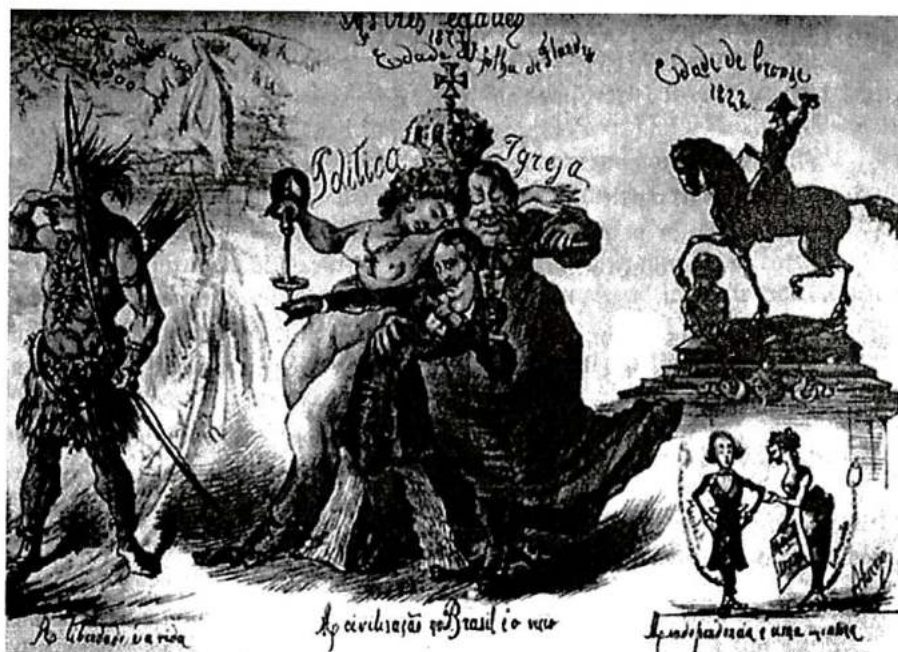
Um tipo ideal para o Brasil: o mulato como representação do branqueamento racial e cultural da nação

O espírito de contestação presente ao longo do século XIX, mais especificamente a partir da década de 1870, foi assumido como uma “condição ética” por parte dos homens de letras, que se tornaram cada vez mais engajados, promovendo uma série de críticas às instituições oficiais do Império e pregando “reformas redentoras”, como o republicanismo e o abolicionismo¹. Nesse momento, a imprensa representou um veículo essencial para a manifestação das insatisfações e denúncias em relação ao modelo político vigente e seus valores encarnados na tradição colonial.

Reconhecendo-se como membro das manifestações e lutas da jovem intelectualidade brasileira e, como crítico de seu tempo, Aluísio Azevedo soube utilizar-se da imprensa como meio de divulgação de suas ideias e de sua postura combativa. Em 1876, quando se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro, o escritor deu início a uma carreira de sucesso como caricaturista, contribuindo para uma série de jornais cariocas, dentre eles *O Mequetrefe*, *Figaro* e *Zig-Zag*. Como principais temas de suas ilustrações apareciam a figura do Imperador D. Pedro II e dos portugueses, muitas vezes satirizados e criticados pelo atraso do país e pela suposta exploração que exerciam sobre o povo brasileiro. Em contrapartida, a república e os ideais positivistas eram exaltados pelo jovem maranhense, que não deixou de expor, também, a sua oposição à Igreja Católica, apontada como uma instituição tão decadente para o país quanto a monarquia. A imagem publicada no dia 19 de março de 1877, no jornal *O Mequetrefe*, aponta este posicionamento político de Aluísio Azevedo diante das questões candentes na sociedade brasileira dos anos 1870:

¹ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., pp. 97.

Imagem 1 – AZEVEDO, Aluísio, *O Mequetrefe*, nº 94, Rio de Janeiro, mar. 1877².



Sob o título “As Três Idades do Brasil”, a figura ilustrada por Aluísio Azevedo expôs três elementos importantes que permitiram a construção de sua crítica: a “Idade de Ouro”, em que o índio selvagem representava a vida e a liberdade do país antes da chegada dos portugueses e da submissão imposta pela colonização; a “Idade de Bronze”, à direita, marcada pela falsa Independência, considerando que o povo brasileiro continuava sendo pisoteado e subordinado pelo Imperador; por fim, no centro da ilustração, a “Idade da Folha de Flandres”, em que o Brasil aparecia sendo embriagado pela Política, apresentada como uma prostituta, e por um clérigo que simbolizava a Igreja Católica. Admitindo esta lógica, a ilustração identificava

² AZEVEDO, Aluísio. *O Mequetrefe*, nº 94, Rio de Janeiro, mar. 1877. In: MÉRIAN, op. cit., p. 110.

os principais problemas enfrentados pelo país, que estava mergulhado nos vícios das tradicionais e antiquadas instituições imperiais e portuguesas, tendo perdido a sua liberdade e acreditando viver uma independência que nada mais era do que uma grande mentira sustentada por D. Pedro II e seus partidários.

Ao fazer uso da imprensa carioca como veículo de divulgação de suas ideias e críticas políticas e sociais, Aluísio Azevedo revelou o despertar de uma postura bastante combativa, moldada por percepções próprias, mas que estavam em perfeita consonância com as polêmicas do tempo e da sociedade em que vivia. Vale ressaltar ainda que a participação ativa nos jornais do Rio de Janeiro resultou no contato com personagens célebres da então capital brasileira, como Teixeira Mendes, José do Patrocínio e Lopes Trovão, possibilitando ao jovem maranhense um conhecimento mais aprofundado da filosofia positivista e o fortalecimento de suas convicções abolicionistas e republicanas³. Tais pensamentos foram transportados com ele no ano de 1878⁴, momento em que retornou a São Luís do Maranhão, e, de certa forma, consolidaram-se pelo fato de o autor presenciar o desprezo que os portugueses de sua província natal demonstravam em relação aos mulatos e as hierarquias sociais que estabeleciam, colocando-se no topo da civilização, apesar de se mostrarem extremamente decadentes e atrasados. Assim, as críticas feitas ao imperador e aos portugueses por meio das caricaturas de Aluísio Azevedo já apontavam para os ideais que, mais tarde, continuariam sendo defendidos por ele, e com maior intensidade, na imprensa maranhense e em alguns de seus romances, como *O Mulato*.

Na realidade, assim como outros literatos da época, Aluísio Azevedo foi um escritor engajado e preocupado em pensar e discutir acerca de qual seria o modelo ideal de nação a ser construído, considerando os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo país, como a decadência da monarquia, os males causados pela escravidão, o obscurantismo religioso e o lugar que deveria ser ocupado pelo negro livre e pelos mulatos em uma sociedade marcadamente

³ MÉRIAN, Jean-Yves. op. cit.; AZEVEDO, Aluísio. *Ficção Completa: em dois volumes*. Org.: Orna Messer Levin. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 2005, pp. 96.

⁴ No ano de 1878, quando ainda estava no Rio de Janeiro, Aluísio Azevedo recebeu a notícia da morte do pai, fato que resultou na volta precipitada de Aluísio a sua província natal.

preconceituosa e desigual. O momento destacava-se pela perda da sacralidade das instituições imperiais e o país passava a ser observado e analisado sob um novo olhar que, apesar de estar embasado preferencialmente e quase completamente no pensamento e nas teorias europeias, procurava considerar as particularidades e especificidades que compunham a nação brasileira, tanto do ponto de vista político e econômico, quanto social e racial. Em sintonia com os acontecimentos e teorias discutidas no Brasil e, principalmente, na Europa, Aluísio Azevedo expressou em muitos de seus textos a importância do país tomar como referência os modelos europeus, vistos de maneira geral pela elite letrada como ideal de progresso e civilização.

A observação de uma pequena polêmica movimentada em torno da enorme influência francesa sobre a gramática portuguesa permite notar como o posicionamento do jovem escritor caminhava no sentido da aceitação e assimilação da corrente de ideias provenientes da Europa. No jornal *O Pensador* de 20 de outubro de 1880, Aluísio Azevedo escreveu uma crítica ao livro publicado pelo Sr. Dr. Frederico José Correia, em que este propunha uma correção aos galicismos que penetravam pela língua portuguesa, condenando a utilização excessiva dos termos franceses. Diante da defesa apresentada por Frederico Mauriz e Antônio Pacífico ao “Novo Glossário das palavras e frases viciosas introduzidas no português e de outras que a necessidade reclama”⁵, foi divulgada, novamente em *O Pensador*, a réplica de Aluísio Azevedo:

“E, se nós pintamos, esculpimos e escrevemos à europeia e não à brasileira, é porque o nosso pensamento, a nossa ideia, é puramente emprestada pela Europa, e dela recebemos nossa inspiração e nossa instrução (...).

E como ainda a França é de todos os países da Europa o que mais desenvolvimento tem tido – nós somos mais franceses que qualquer outra coisa.

Para libertarmo-nos do jugo da França, não nos basta o cuidado de não escrever galicismos, é preciso como ela caminhar firme e resoluta para diante e subir com o pé seguro os degraus escorregadiços do progresso”⁶.

⁵ Nome dado ao texto produzido pelo Sr. Dr. Frederico José Correia e que foi criticado por Aluísio Azevedo.

⁶ AZEVEDO, Aluísio. “Crônica: Os nossos críticos”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, out. 1880.

Esta simpatia e afinidade do escritor maranhense pelas ideias e pensamentos europeus foram esboçadas principalmente pelos contornos positivistas que permearam a maioria de seus textos jornalísticos e sua produção literária. Como já foi ressaltado, a atuação como caricaturista nos jornais cariocas possibilitou um contato mais próximo e aprofundado com as novas teorias, acontecimentos e discussões que ocorriam na Europa. Ao retornar para sua província natal, Aluísio Azevedo deu continuidade ao trabalho realizado no Rio de Janeiro, mas desta vez como jornalista e escritor, permanecendo próximo às teorias estrangeiras e aos ideais positivistas, bastante difundidos e debatidos na imprensa maranhense. O jornal *Pacotilha*, por exemplo, deu início no dia 7 de junho de 1881 à seção intitulada “Ensaios Positivistas”, em que foram apresentados os ideais desta filosofia em conjunto com uma espécie de biografia de Auguste Comte. Logo no início da primeira publicação, o autor Vieira da Silva afirmou que a intenção primordial em estudar e escrever a este respeito se dava pelo fato de considerar a filosofia de Comte como a única possível no século XIX, caracterizado como século das luzes, “(...) porque todos os espíritos, que não são doentios, tem já alcançado certo grau de positividade que os obriga a repelir todo tipo de conhecimento que não seja resultado de uma realidade objetiva combinado com a ordem subjetiva”⁷. Este posicionamento adotado pelo escritor dos “Ensaios Positivistas” pode ser facilmente relacionado à importância dada por parte da juventude intelectual aos ideais do positivismo, compreendido como uma teoria vinculada à ciência e à modernidade, elementos bastante valorizados naquele período, por serem vistos como essenciais para o progresso da nação.

A influência europeia fazia-se, portanto, bastante presente nas discussões brasileiras e no círculo dos intelectuais do Maranhão, como foi ressaltado no periódico *O Pensador*:

“A mocidade maranhense está presentemente passando por uma crise enorme. Ante a voz do progresso que lhe sopra da Europa, ela prepara-se para as lides do futuro. Já não se lê tanto Gonçalves Dias, porque escuta o

⁷ R. J. Vieira da Silva. Publicações a pedido: Ensaios Positivistas. *Pacotilha*. Maranhão, número 49, pp. 1, jun. 1881. A seção Ensaios Positivistas foi publicada em mais seis edições do jornal, nos dias 8, 9, 11, 13 e 15 de junho de 1881.

verbo inflamado de Hugo. Já não empalidece antes as palavras de Sotero, porque estuda os livros de Haeckel e de Darwin. Já não canta estrofes de Casimiro de Abreu, porque sente aos lábios assomar-lhe a marselhesa do futuro.

[...] A ciência já começa a atrair aqui o espírito da mocidade”⁸.

E se a ciência e os modelos provenientes da Europa eram assimilados das mais diferentes formas pela sociedade brasileira e pela juventude de São Luís, é verossímil afirmar que os jornais representaram um importante veículo de difusão de ideias, teorias e concepções estrangeiras, considerando que, na imprensa, eram frequentemente debatidos os assuntos e questões em voga naquele momento⁹. Além disso, a quantidade de textos e artigos referentes aos teóricos e pensadores europeus permite afirmar que as teorias estrangeiras, mesmo quando criticadas ou incompatíveis com a realidade brasileira, eram compreendidas como possibilidades efetivas para se pensar os rumos que deveriam ser traçados a fim de que o Brasil se tornasse um país moderno e civilizado aos moldes da Europa.

Assim, sob a ótica do momento, temas como o republicanismo, o anticlericalismo e o abolicionismo tornaram-se frequentes nos textos de Aluísio Azevedo, constituindo-se em elementos fundamentais para a consolidação de seu engajamento político e social, fosse ele realizado por meio dos artigos publicados na imprensa ou pelo conteúdo de sua produção literária. Considerando o que já foi discutido a respeito do preconceito racial e social contra os homens de cor, bem como a contribuição da Igreja Católica para a permanência da escravidão e dos julgamentos de inferioridade feitos sobre negros e mulatos, é importante analisar como estes temas foram abordados pelo autor de forma a integrá-los, em sua narrativa e nos artigos

⁸ *O Pensador*. Maranhão, pp. 2, abr. 1881.

⁹ A partir da análise dos jornais *O Pensador* e *Pacotilha* foram encontrados artigos que se dedicavam a falar sobre determinado pensador europeu ou que faziam referências a personagens célebres da Europa como Le Bon, Émile Littré, Émile Zola e Auguste Comte. Sobre a publicação de trechos de obras contemporâneas na imprensa maranhense, Jean-Yves Mérian afirmou que “(...) as ideias de Darwin também eram difundidas e a partir de 19 de agosto de 1880, ‘O País’ começou a publicar escritos do fundador da filosofia evolucionista, Hebert Spencer”. MÉRIAN, op. cit., pp. 157.

de imprensa, à defesa do republicanismo e da modernização da sociedade brasileira, a fim de que ela pudesse atingir o mesmo patamar de civilização e progresso dos países europeus.

Tendo como pano de fundo a sociedade escravista e o lusitanismo hegemônico que marcavam a vida provinciana no Maranhão, Aluísio Azevedo colocou o mulato Raimundo como protagonista de sua obra literária, de modo que este personagem atuasse como epicentro das principais críticas políticas e sociais pretendidas pelo autor. Ambientado na cidade de São Luís do Maranhão, o mulato, que de início desconhecia sua origem negra e escrava, despertou a curiosidade e uma série de inquietações por parte dos moradores da província, que "(...) discutiam-lhe a roupa, o modo de andar, a cor e os cabelos"¹⁰. O estranhamento causado por Raimundo era fruto principalmente da incompatibilidade vista pelos maranhenses entre a herança africana e o comportamento extremamente polido e refinado. Tal ambivalência foi apontada logo na primeira descrição do personagem, quando este foi apresentado como ser completamente híbrido fisicamente, mas que se destacava pelos modos e gestos que o caracterizavam:

"Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode, estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua fisionomia era os olhos – grandes, ramalhudos, cheios de sombras azuis; pestanas eriçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim faziam sobressair a frescura da epiderme, que, no lugar da barba raspada, lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarela sobre papel de arroz.

Tinha os gestos bem educados, sóbrios, despidos de pretensão, falava em voz baixa, distintamente sem armar ao efeito; vestia-se com seriedade e bom gosto, amava as artes, as ciências, a literatura e, um pouco menos, a política"¹¹.

¹⁰ AZEVEDO, op. cit., pp. 288.

¹¹ *Ibidem* pp. 289.

Apesar da mistura racial aparente na aparência física de Raimundo, o autor preocupou-se em destacar no protagonista de sua obra o predomínio das características e das influências europeias. Basta atentar-se para o realce dado à cor dos olhos do personagem que, por serem azuis, indicavam a descendência branca e europeia, aproximando o mulato ao que seria um modelo físico de homem europeu, na medida em que o distanciava de “um tipo acabado de brasileiro.” A descrição da pele amulatada, porém fina, também contribui para a identificação da origem branca e de sua superioridade em relação à herança negra, considerando que aquela não somente atuou como fator predominante sobre esta, como foi exposta na narrativa de modo a acrescentar ao personagem de Raimundo aspectos e posturas mais civilizados. Isto se torna ainda mais evidente se for considerado o fato de que os sinais africanos eram tão escassos na aparência do mulato, que ele permaneceu durante anos sem suspeitar que fosse filho de uma mulher negra. Assim, Aluísio Azevedo optou por uma descrição pautada na desigualdade entre as raças e na admissão da prevalência do gene branco sobre o negro. Além disso, preocupou-se em valorizar as qualidades morais e intelectuais do personagem (rapaz bem instruído, de educação refinada e portador de boas maneiras), consideradas como fatores resultantes dos longos anos em que viveu na Europa.

Embora reconhecesse todos estes atributos de Raimundo, a sociedade maranhense, essencialmente escravocrata e tradicional, não podia desconsiderar o fato de que ele era filho de uma escrava, o que o manchava socialmente, devido ao vínculo com a escravidão, e racialmente, por ter sangue negro em suas veias. Para os moradores de São Luís, os mulatos deveriam ocupar um lugar subalterno na hierarquia social, pela herança africana e, em muitos casos, escrava que traziam como bagagem. No entanto, Raimundo apareceu em completa dissonância com esse modelo imposto aos homens de cor. O protagonista da obra de Aluísio Azevedo não surpreendeu apenas por suas características físicas, bastante próximas do tipo europeu e que provocavam tanto furor nas moças da província¹², mas também causou

¹² Como Aluísio Azevedo destacou, Raimundo despertava um profundo interesse nas mulheres maranhenses: “Todavia, uma circunstância o intrigava, e era que, se os chefes de família lhe fechavam a casa, as moças não lhe fechavam o coração; em sociedade o repeliam todas, isso é exato, mas em particular o chamavam para a alcova”. *Ibidem*, pp. 336.

admiração pelo modo distinto como se comportava, se vestia, se comunicava e demonstrava um enorme conhecimento acerca de determinados assuntos. Tais características o tornavam um ser completamente híbrido e diferente dos demais mulatos da província, já que Raimundo apresentava peculiaridades que eram possíveis, principalmente, pela vivência europeia. E, foi justamente esta imagem ambígua e conflitante, que desqualificava as justificações dadas para a permanência da segregação racial, que fez do mulato a figura central da narrativa, atuando como elemento perturbador daquela sociedade e obrigando-a a se desmascarar sob todos os aspectos.

Ao colocar em cena um mulato bastante claro e com grau elevado de instrução, decerto maior do que a esmagadora maioria dos brancos presentes em São Luís, o autor expôs os modelos raciais que estavam sendo discutidos na época e ressaltou os problemas sociais que poderiam surgir por trás das teorias europeias, quando eram adaptadas a um meio e contexto diverso e particular, como o Brasil. Assunto que ocupava lugar de destaque nas discussões sobre as reformas necessárias ao país, a questão da raça foi vista pelo autor de *O Mulato* como um forte argumento para se pensar os projetos de cunho nacional, em meio às demais transformações que se davam e se encaminhavam naquele período.

Desse modo, Aluísio Azevedo valeu-se de alguns dos padrões e ideias europeias para pensar e expor aquilo que acreditava ser a melhor solução para o Brasil quando o assunto se referia à composição racial da sociedade. E, se o país era fortemente marcado e julgado por sua população mestiça, o melhor caminho seria aceitar a miscigenação – a mistura do branco com o negro, do europeu com o brasileiro, do civilizado com aquele que ainda precisava progredir – como fator crucial para o branqueamento e a aculturação da nação brasileira de modo a poder equipará-la aos países da Europa. Admitindo esta lógica, o jovem escritor maranhense posicionou-se de forma bastante crítica em relação à sociedade de sua província natal, denunciando a mentalidade conservadora e tradicionalista como fator que acompanhava e dava embasamento à manutenção do regime servil e à permanência das desigualdades racial e social.

No romance *O Mulato*, a mediocridade provinciana, o forte ressentimento dos brancos em relação aos mulatos, a mentalidade ainda marcadamente

colonial, o controle exercido pela Igreja Católica e a extrema dependência em relação à metrópole portuguesa foram criticadas e expostas por meio dos diversos personagens que apareciam ao longo da narrativa e que, ao entrarem em contato com a figura estranha e perturbadora do mulato, revelavam o que havia de mais decadente em São Luís do Maranhão. Destarte, como já foi destacado nos capítulos anteriores, Dona Maria Bárbara apareceu na trama como uma das configurações mais expressivas dos tradicionalismos, das superstições e do racismo local. Mas foi a justificativa dada por Manuel Pescada à impossibilidade de sua filha casar-se com Raimundo que ocupou um lugar de destaque na elucidação do preconceito contra os homens de cor existente na sociedade maranhense:

“– Já vê o amigo que não é por mim que lhe recusei Ana Rosa, mas é por tudo! A família de minha mulher sempre foi muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é toda a sociedade do Maranhão! Concordo que seja uma asneira; concordo que seja um prejuízo tolo! o senhor porém não imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!... Nunca me perdoariam um tal casamento; além do que, para realizá-lo, teria que quebrar a promessa que fiz a minha sogra, de não dar a neta senão a um branco moço muito digno, muito merecedor de consideração, mas... foi forro à pia, e aqui ninguém o ignora”¹³.

Embora o pai de Ana Rosa tenha se posicionado de forma contrária aos escrúpulos de sangue de D. Maria Bárbara e dos demais habitantes de São Luís, concordando que este era um preconceito tolo, “uma asneira”, a postura assumida por ele tinha como principal fundamento e justificativa o mau julgamento que a sociedade faria sobre ele, caso permitisse o casamento de sua filha branca com um mulato. Aos olhos de Manuel da Silva, o problema tornava-se ainda maior pelo fato de Raimundo ter sido forro à pia, o que significava que este não estava marcado apenas pela mancha do sangue africano, como também pelo estigma da escravidão. Isto fazia dele um ser inferior racialmente, porque era mestiço, e socialmente, em virtude da condição escrava de seu nascimento. O peso da herança social que, no entendimento de Manuel Pescada, seria transferido aos descendentes de seu sobrinho pesava

¹³ Ibidem pp. 421.

de forma considerável sobre o futuro que caberia a sua filha e aos seus netos, restando-lhe apenas uma possibilidade: negar o pedido de casamento feito pelo mulato e impedir a união de Ana Rosa com o filho de uma escrava.

Outra justificativa apresentada no trecho acima diz respeito ao conhecimento por parte de toda a população maranhense acerca das origens de Raimundo, fato que intensificava ainda mais os estigmas sociais e raciais relacionados a ele. Cientes da referida ascendência do filho de José da Silva, os demais habitantes de São Luís também apresentavam certas restrições acerca do modo como se relacionavam com ele, fazendo julgamentos prévios e discutindo a sua origem quando o mulato não estava por perto:

“Por outro lado, Maria do Carmo segredava a Amância Souselas:

– Pois é o que lhe digo, D. Amância: muito boa preta!... negra como este vestido! Cá está quem a conheceu!...

E batia no seu peito sem seios. – Muita vez a vi no relho. Iche!

– Ora quem houvera de dizer!... resmungou a outra fingindo ignorar a existência de Domingas, para ouvir mais uma coisa assim só no Maranhão! Credo!

– É como lhe digo minha rica! O sujeitinho foi forro à pia, e hoje olhe só pr’aquilo! está todo cheio de fumaças e filáucias!... Pergunte ao cônego que está ao lado dele”¹⁴.

Tem-se, a partir desta cena, a indignação causada quando um homem de cor assumia uma postura contraditória àquela que lhe dizia respeito. O fato de Raimundo se destacar moralmente e intelectualmente diante da população provinciana confrontava a sua condição mestiça, ocasionando no julgamento de que este comportamento seria inadequado a um mulato forro à pia. De acordo com a mentalidade maranhense, representada pelas figuras de D. Maria do Carmo e Amância Souselas, o filho de um homem branco com uma escrava não teria direito a comportar-se “todo cheio de fumaças e filáucias”. A passagem sinaliza, ainda, que a miscigenação era compreendida como problemática pela parcela branca da população, representando uma degeneração racial e social, devido à herança africana e, possivelmente, escrava.

¹⁴ *Ibidem* pp. 312.

Tal interpretação negativa a respeito da mestiçagem resultava na enorme dificuldade de sobrevivência dos homens de cor em meio a uma sociedade preconceituosa e que lhes era bastante hostil. Por este motivo, Aluísio Azevedo salientou, ao longo de sua narrativa, o racismo e os preconceitos existentes em São Luís, tendo por finalidade expor o quanto este comportamento era atrasado e necessitava ser modificado. Envolto pelo pensamento europeu e pelo contexto social brasileiro, o jovem escritor procurou refletir sobre seu próprio país por meio de uma nova perspectiva, a partir da qual os padrões estrangeiros pudessem adquirir novos significados de acordo com a realidade étnica e mestiça característica do Brasil. Admitindo esta lógica, a análise da obra literária de Aluísio Azevedo sugere que a raça supostamente superior – a branca – prevaleceria sobre as demais, no processo de amalgamação entre elas, ao passo que aquelas que eram consideradas inferiores estavam fadadas ao desaparecimento. A descrição física do personagem Raimundo é muito esclarecedora a este respeito, pois coloca o gene branco como substancial na definição das características externas do mulato. Os olhos azuis constituíam um dos traços mais marcantes presentes na fisionomia de Raimundo, sendo o principal fator que comprovava a prevalência do elemento puramente europeu quando misturado a uma raça inferior.

A partir das considerações feitas até o momento, vale salientar que o protagonista da obra não se diferenciava apenas por seus traços físicos e por sua origem escrava. Suas ideias e posturas, em plena consonância com o pensamento europeu, contrastavam intensamente com a mentalidade colonial e decadente da província de São Luís. Na realidade, a figura do mulato atuou como símbolo da modernização e do progresso, sendo o porta-voz dos ideais e pensamentos defendidos pela jovem intelectualidade maranhense, da qual Aluísio Azevedo fazia parte. No dia 10 de março de 1881, próximo à publicação do romance, o jornal *O Pensador* divulgou uma breve notícia que entrelaçava ficção e realidade, indicando aos leitores que as discussões travadas na imprensa estavam interligadas às críticas e aos problemas sociais apontados ao longo da narrativa de *O Mulato*:

“Acha-se entre nós o Sr. Dr. Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha das nossas ideias e propõe-se bater os abusos da igreja. – constanos que há um certo mistério na vinda deste cavalheiro”¹⁵.

Assim, além de comprovada a afinidade entre a postura combativa adotada pelo periódico e os valores políticos que caracterizavam o protagonista do romance, a referida propaganda sugeria que os olhares interpretativos colocados por Aluísio Azevedo sob a sociedade de seu tempo estariam transportados para a ficção, direta ou indiretamente, e expressados principalmente por meio do personagem Raimundo. Isto posto, fica evidente que a compreensão da crítica pretendida pelo autor de *O Mulato* deve vir acompanhada das concepções políticas e sociais que o orientaram para a composição de sua obra. Neste sentido, é importante ressaltar que a denúncia do regime servil e do preconceito contra os mulatos como frutos de um conservadorismo ultrapassado e decadente caminhava ao lado do projeto de nação defendido pelo jovem escritor maranhense, o que incluía pensar e refletir sobre uma nova forma de governo, liberta dos tradicionalismos imperiais e do “convênio” com a religião católica.

Ao analisar as entrelinhas do romance em conjunto com os artigos de jornais, nota-se que os portugueses foram um dos principais alvos das críticas e denúncias feitas por Aluísio Azevedo, sendo apontados como um tipo atrasado, cujo pensamento não se adequava aos novos projetos que estavam sendo propostos para o país. Eram eles os responsáveis pela permanência da mentalidade colonial e do sistema escravocrata, além de contribuírem para a manutenção do governo monárquico, o qual se mostrava cada vez mais incapaz de solucionar os problemas enfrentados pelo Brasil e possibilitar que o país caminhasse rumo ao progresso. Tal postura diante do contexto social e político brasileiro já se fazia presente nas caricaturas publicadas pelo escritor maranhense durante o período em que permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o conservadorismo português mostrava-se ainda bastante predominante na vida provinciana de São Luís, o que dificultava que os seus habitantes aceitassem com bons olhos as transformações do mundo moderno.

¹⁵ AZEVEDO, Aluísio. *Ecos da Rua. O Pensador*. Maranhão, pp. 3, mar. 1881.

São diversas as passagens presentes no romance *O Mulato* que comprovam este ponto de vista assumido por Aluísio Azevedo. Dentre elas, é bastante significativo o trecho em que Dona Amância discursa em oposição ao progresso:

“– No seu tempo, dizia ela com azedume, as meninas tinham a sua tarefa de costura para tantas horas e haviam de pôr pr’ali o trabalho! se o acabavam mais cedo iam descansar?... Boas! desmanchavam minha senhora! desmanchavam para fazer de novo! E hoje?... perguntava dando um pulinho, com as mãos ilhargas – hoje é o maquiavelismo da máquina de costura! Dá-se uma tarefa grande e é só ‘zuc-zuc-zuc!’ e está pronto o serviço! E daí, vai a sirigaita pôr-se de leitura nos jornais, tomar conta do romance ou então vai para a indecência do piano!

E jurava que filha sua não havia de aprender semelhante instrumento, porque as desavergonhadas só queriam aquilo para melhor conversar com os namorados, sem que os outros dessem pela patifaria!

Também dizia mal da iluminação a gás:

– Dantes os escravos tinham o que fazer! Mal serviam a janta iam aprontar e acender os candeieiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bio de gás e... caíse na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativoiro! É por isso que eles andam tão descarados! Chicote! chicote, até dizer basta! que é do que eles precisam (...)¹⁶,

Personagem que “detestava o progresso”, assim como muitos outros da trama, D. Amância atacava os símbolos da modernidade e da ciência, colocando-os como uma ameaça aos costumes e tradições existentes. A máquina de costura simbolizava o distanciamento das mulheres dos seus afazeres domésticos, permitindo que elas tivessem tempo livre para ler jornais e romances, o que possivelmente as tornaria mais instruídas. Já a iluminação a gás era um dos instrumentos modernos que facilitava ou mesmo eliminava uma das tarefas que deveria ser realizada pelos escravos. Assim, a personagem compreendia as mudanças geradas pelo progresso como um atraso, algo que afetaria diretamente o cotidiano de todos, pois desestabilizaria as hierarquias sociais e o lugar que cada indivíduo deveria ocupar naquela sociedade. Além

¹⁶ AZEVEDO, op. cit., pp. 309.

disso, o progresso significava uma mudança nas próprias relações de trabalho, sendo que o desenvolvimento de novas máquinas e instrumentos modificaria as tarefas destinadas aos cativos, permitindo que estes tivessem tempo para “cair na pândega”. A partir disto, tem-se que a provocação do autor ia além da crítica à resistência da população maranhense em relação às novidades de seu tempo. Um olhar mais atento permite sugerir que Aluísio Azevedo intencionava relacionar o pensamento conservador e atrasado à permanência da escravidão e de todos os malefícios que ela ocasionava. Ao colocar em cena uma figura que, ao mesmo tempo em que defendia as tradições locais, era favorável ao cativo, o escritor pretendia ressaltar o quanto este comportamento distanciava-se do pensamento moderno por ele defendido e contribuía para a manutenção dos preconceitos raciais e das desigualdades sociais.

Dando continuidade à sua crítica em relação aos costumes locais e ao pensamento conservador da província, o autor chamou a atenção do leitor para o efeito causado pelas superstições, as quais se destacavam principalmente por meio das personagens femininas. Adiante, tem-se o excerto em que D. Maria Bárbara conversava com Raimundo a respeito das crenças e simpatias populares:

“– Meu caro senhor Mundico, hoj'em dia já não se acredita em coisa alguma!... por isso é que os tempos estão como estão – cheios de febres, de bexigas, de tísicas e de paralisias, que nem mesmo os doutores de carta sabem o que aquilo é! Diz que é 'beribéri' ou não o quê, o caso é que nunca vi em dias de minha vida semelhante diabo de moléstia, e que o tal comochama está matando de repente que nem obra do sujo, credo! Até parece castigo! Deus me perdoe! Isto vai, mas é tudo caminhando para uma república há de dar-lhes uma, que os faça ficar aí de dente arreganhado! Pois o que, senhor! se já não há tementes de Deus! já poucos são os que rezam!... Hoje, com o perdão da Virgem Santíssima – e bateu uma palmada na boca – até padres! até há padres que não prestam!

Raimundo continuava a rir.

– Quanto mais, observou ele de bom humor para a fazer falar, quanto mais se V. Ex.^a conhecesse certos povos da Europa meridional...

Então é que ficaria pasma de veras!

– Credo, minha Nossa Senhora! Que inferno não irá por esse mundão de esconjurados! Por isso é que agora está se vendo o que se vê, benza-me Deus¹⁷!

Senhora de muita religião e cheia de superstições, a avó de Ana Rosa demonstrava grande indignação diante dos novos tempos, em que, segundo ela, ninguém mais era tão religioso quanto antes, nem recorria às credices tradicionais para evitar doenças ou dissabores. De acordo com o seu entendimento, os passos dados em direção à república sinalizavam para um momento de total descrença da sociedade, que, talvez, não mais seria abençoada por Deus, já que muitos deixavam de ser tementes a ele. Diante de tal postura, a reação de Raimundo caracterizava-se pelo tom de ironia e provocação, sinalizado principalmente pelo riso mantido pelo personagem ao longo da conversa com D. Maria Bárbara. Aproveitando-se da inquietação da senhora com que proseava, o mulato colocou em questão o modo como viviam os países da Europa meridional, incitando ainda mais a revolta daquela figura extremamente religiosa e ligada aos efeitos dos quebrantos. O trecho revela ainda o desejo do narrador em colocar a república como uma instituição oposta às credices ultrapassadas daquela província, pois simbolizava justamente a quebra desta infinidade de superstições e costumes que fanatizavam as pessoas, impedindo que elas se tornassem abertas e receptíveis às transformações e mudanças necessárias pela chegada dos tempos modernos.

Paralelo às discussões suscitadas por Aluísio Azevedo em sua obra literária, tendo em vista o seu trabalho como jornalista, os artigos publicados pelo literato na imprensa maranhense também ocuparam lugar de destaque em torno das críticas à mentalidade tradicional, conservadora e supersticiosa dos habitantes de São Luís. Detendo-se mais especificamente às credices que tomavam conta do universo feminino, o jovem escritor dedicou algumas de suas crônicas à discussão sobre as terríveis consequências que se desencadeavam por meio da crença ignorante e doentia em determinadas simpatias e do fanatismo religioso:

¹⁷ *Ibidem*. pp. 330-1.

"A filosofia prova exuberantemente que uma mulher linfática, supersticiosa e ignorante só pode produzir crianças estúpidas, raquíticas más, cheias de frenesim e predispostas à anemia escrofulosa e ao reumatismo articular.

Ora, semelhante criança desenvolve-se como um tumor carregado de pus, e um belo dia desabrocha em homens levados do diabo, motores de quanto há de mau, de feio, de imundo e odioso na existência. [...]

Para extinguir essa geração danada, para purgar a humanidade dessa sífilis terrível, só há um remédio – é dar à mulher uma educação sólida e moderna, é dar à mulher essa bela educação positivista, que se baseia nas ciências naturais e tem por alvo a felicidade comum dos povos. É preciso educá-la física e moralmente, prepará-la por meios práticos e científicos para ser uma boa mãe e uma boa cidadã – torná-la consciente de seus deveres domésticos e sociológicos – predispor-lhe o organismo para a procriação, evitar a diátese nervosa como fonte de mil desgraças (...) instruí-la e obrigá-la principalmente a trabalhar – o trabalho é a base da dignidade, da saúde e da afirmação no dever.

A mulher assim preparada não irá gastar ociosamente os dias na igreja, porque compreende que um dever sagrado a prende à sua casa, à sua família"¹⁸.

Apesar do olhar de Aluísio Azevedo estar centrado em sua província natal, esta crônica expõe nitidamente a postura do escritor em torno da sociedade de seu tempo e do que ele considerava um dos fatores fundamentais para o fim dos tradicionalismos e do conservadorismo decadente que ainda permaneciam incrustados por todo o país. Compreendendo que a mulher ocupava um papel essencial na formação dos cidadãos da nação, o jovem escritor defendia que a educação destinada a ela deveria seguir os caminhos da modernidade, alinhando-se aos preceitos positivistas e tendo como base a ciência natural. Isto significava distanciar as mulheres das simpatias e credences populares, a fim de que elas não mais permanecessem afundadas em um fanatismo extremado, deixando de cuidar da casa e da família para gastar a maior parte de seu tempo ocioso dentro da igreja e ao redor dos padres. Vale ressaltar ainda a valorização dada pelo autor ao trabalho, colocando-o como uma atividade digna e útil a toda sociedade, porque impedia que a ociosidade transformasse os cidadãos em seres débeis e ignorantes.

¹⁸ AZEVEDO, Aluísio. "Crônica". *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, dez. 1880.

Para além do que foi apontado, há outra questão a ser considerada a partir de uma análise mais aprofundada das entrelinhas da crônica publicada por Aluísio Azevedo. Ao ressaltar a importância de um povo instruído com base nas ciências e digno porque se esforça e se dedica a um determinado tipo de trabalho, o escritor colocava-se, de forma bastante sutil, contra o regime servil e as inúmeras consequências que esta instituição acarretava tanto aos que se beneficiavam dela, quanto aos indivíduos escravizados. Como já foi abordado no primeiro capítulo, a degradação ocasionada pela escravidão se dava em todos os sentidos e atingia a todos os envolvidos, fossem eles senhores ou cativos. Isto possibilita tal conjectura a respeito das intenções do autor ao defender o aprimoramento da educação do povo brasileiro e valorizar o trabalho como fundamental para a formação de um cidadão digno e ciente de seus deveres. Afinal, a escravidão transformava os senhores em pessoas extremamente ociosas e, de certa forma, inúteis, pois delegavam qualquer tipo de serviço ou atividade aos seus cativos.

Tais colocações divergiam completamente da visão apresentada pela figura de D. Amância Souselas, que criticava o avanço das ciências, a instrução feminina por meio da leitura de jornais e romances e, principalmente, defendia a manutenção do trabalho escravo e das desigualdades sociais. Assim, o narrador do romance *O Mulato* preocupou-se em destacar certas características em determinadas personagens no intuito de transformá-las em representações sarcásticas e estereotipadas daquilo que o cidadão maranhense - e, num sentido mais amplo, cidadão brasileiro - deveria deixar de ser para que a província do Maranhão e o próprio país como um todo pudessem adequar-se aos modelos europeus, os quais foram ressaltados nos momentos em que Aluísio Azevedo defendeu, em seu artigo de imprensa, a difusão de uma educação fundamentada na ciência e no positivismo.

Ainda como exemplo das convicções do jovem escritor e de que este estava em plena consonância com o que acontecia e era debatido na Europa, tem-se a crônica publicada no dia 10 de março de 1881, em que o comportamento da mulher provinciana foi apresentado em total disparidade diante da postura das inglesas:

"[...] A mulher maranhense é finalmente a antítese da mulher inglesa. Veja-se esta como caminha – direita e certa. Seu corpo, enluvado na roupa inteiriça e elástica, bem mostra que é capaz de fazer quatro ou seis léguas, sem afrouxa de pernas [...].

Olhe-se para as mãos e para os pés de uma inglesa – são fortes, nervoso, revelam a boa compleição dos músculos, mostram que elas [...] não passaram a mocidade de joelhos nas sacristias, a respirar incensos, a bater nas bochechas, a enervarem-se nas intermináveis orações, a cantar de verônica nas procissões da Quaresma e a ingerir amêndoas de mandubim, que lhes dessem os cônegos da Sé.

Não! Porque são protestantes! Porque pertencem a essa raça altiva, pratica, de razão serena, de corpo direito, donde se tiram as melhores educadoras do mundo.

Ai fica mal alinhavado, meu caro doutor, o que é em geral a mulher, não só maranhense, como brasileira; isto é, a que reduziu barbaramente um bom par de anos na metafísica, de catolicismo, de lirismo piegas, de tranças e dentes postiços e de educação portuguezmente religiosa"¹⁹.

Livre dos fanatismos e das credices populares, aspecto essencial a qualquer nação que pretendesse tornar-se moderna, a cultura estrangeira foi colocada, por Aluísio Azevedo, em um patamar superior aos costumes brasileiros. A diferença apresentou-se por meio da intensidade como cada grupo de mulheres se entregava às superstições religiosas, fator determinante na possibilidade que elas teriam de instruir-se e dedicar-se aos seus deveres como mãe e, conseqüentemente, como educadoras e responsáveis pelos futuros cidadãos. Admitindo esta lógica, as inglesas ganharam destaque por seu comportamento refinado e pelo fanatismo nulo com que praticavam sua religiosidade, ao passo que as maranhenses foram apontadas como seres alienados, porque viviam ancoradas apenas no catolicismo extremado e piegas, que as tirava do estado da razão para afundá-las na metafísica e nas mais variadas crenças e superstições. Como é possível perceber, este atraso do Brasil em relação ao modelo estrangeiro foi colocado pelo autor como fruto da colonização portuguesa, que trouxe para o país suas instituições e seu tradicionalismo conservador. Este aspecto torna-se ainda mais evidente na continuidade dada por Aluísio ao artigo mencionado acima:

¹⁹ AZEVEDO, Aluísio. "Crônica". *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, mar. 1881.

“Foi o jesuíta! Esse que fez nossas Ordenações, que ditou nossa constituição, que criou o nosso escárnio de ciência acadêmica, esse que protegeu o contrabando de africanos, esse que apoderou-se de nossa mulher, justamente por saber que, segura a árvore, seguros estariam os frutos! Quer V. Rvm. que nossa sociedade não cambaleie? Quer que nossas mulheres produzam rapazes vigorosos, práticos, trabalhadores e úteis [...]? Reforme então nosso sistema de governo, veja se consegue arrancar-nos por uma vez a metafísica, separe a Igreja do Estado, [...] veja se consegue das câmaras menos retórica e mais ideia ou trabalho, proteja a indústria nacional que morre sob os impostos, abra nossos horizontes às artes, admita as matemáticas como base de toda e qualquer instrução, derrube nossos inúmeros conventos e igrejas para construir sobre as ruínas aulas noturnas destinadas gratuitamente ao povo (...)”²⁰.

Colocada como principal culpada pelo estado atrofiado das consciências e pelo excesso de fanatismo em detrimento da racionalidade, a Igreja Católica foi caracterizada pelo cronista do jornal *O Pensador* como uma das instituições “criadas pelo espírito metafísico de nossos avós”²¹ e, conseqüentemente, transportada junto com os colonizadores portugueses para as terras brasileiras. Por este motivo, Aluísio Azevedo propôs uma reforma radical no governo, sugerindo que este se separasse da Igreja, a fim de que as pessoas pudessem escolher por si só a religião que pretendiam seguir, sem correrem o risco de serem fanatizados ou acolhidos indevidamente por um catolicismo ignorante e exagerado. Deste modo, a crítica caminhava rumo ao papel exercido pelo sistema de governo imperial e suas instituições, tal como a Igreja, que, naquele período, contrastavam intensamente com os projetos de um país moderno e civilizado aos moldes da Europa. O governo monárquico não somente impunha aos brasileiros “com a faca nos peitos a religião que ele, na sua alta sabedoria, entendeu ser a melhor”²², mas também se mostrava completamente incapaz de conduzir o país rumo ao progresso dos novos tempos, já que não se esforçava para oferecer uma boa instrução ao povo por ainda manter-se fortemente ligado aos dogmatismos católicos e ao conservadorismo português (heranças de nossos avós).

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² AZEVEDO, Aluísio. “Crônica”. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, mar. 1881.

Cabe destacar que no decorrer da narrativa de Aluísio Azevedo, a religião católica também foi severamente criticada por exercer um poder inescrupuloso sobre as consciências e colaborar para a propagação dos preconceitos. Assim, o cônego Diogo entrou em cena como uma figura extremamente perversa, traiçoeira e preconceituosa, capaz de tornar-se amante de uma mulher casada, cometer crimes e articular planos para extirpar a presença perturbadora do mulato. Mais do que isto, o discurso da autoridade religiosa foi destacado pelo autor do romance como constituinte de uma mentalidade atrasada, racista e maléfica. Do mesmo modo, os demais personagens, principalmente os portugueses, apareceram retratados de forma crítica e, muitas vezes, caricata como devotos obsessivos, impregnados por uma religiosidade exacerbada e supersticiosa, fator que os tornava seres ignorantes, preconceituosos e repulsivos a qualquer novidade ou mudança. Em contrapartida, a modernidade, a ciência e o progresso estavam representados no personagem Raimundo que, apesar da origem negra e escrava, era mais do que qualquer português branco naquela província, destacando-se por seu elevado conhecimento e por sua educação refinada e polida. A partir disto, é possível sugerir que o total contraste existente entre o mulato e os demais habitantes da província ia além do incômodo causado por um homem de cor em meio a uma sociedade racista e dominada por brancos, simbolizando também o choque de ideias e pensamentos políticos e sociais daquele período. Sobre esta questão, há uma passagem riquíssima pela forma alegórica como foram retratados a monarquia e o papado, poderes decadentes do Brasil imperial, ao lado da república, revestida pelo que havia de mais avançado e europeu:

“Por este tempo aqueles três surgiam na rua, formando cada qual mais vivo contraste com os outros: Manuel no seu tipo pesado e chato de negociante, calças de brim e paletó de alpaca; o cônego imponente na sua batina lustrosa, aristocrata, mostrando as meias de seda escarlata e o pé mimoso, apertadinho no sapato de polimento; Raimundo, todo europeu, elegante, com uma roupa de casimira leve adequada ao clima do Maranhão, escandalizando o bairro comercial com seu chapéu-de-sol coberto de linho claro e forrado de verde pela parte de dentro. ‘Formavam, dizia este último chasqueando, sem tirar o charuto da boca, uma respeitável trindade filosófica, na qual ali, o Sr. Cônego representava a teologia, o Sr. Manuel a metafísica, e ele, Raimundo, a filosofia política; o que, aplicado

à política, traduzia-se na prodigiosa aliança dos três governos – o do papado, o monárquico e o republicano²³!

As três figuras, colocadas lado a lado, formavam um impressionante retrato dos diferentes tipos de governo, bem como contribuíam para afirmar as convicções políticas de cada personagem, ressaltando o papel que representavam, não apenas dentro da obra, mas na própria realidade de São Luís. Ligado diretamente ao papado e ao poder exercido pela Igreja Católica, o personagem do cônego Diogo apresentava-se de forma imponente e aristocrática, características que o colocavam em um patamar elevado na hierarquia social, tornando-o um elemento interessado na manutenção das desigualdades existentes. Ao seu lado, a figura de Manuel Pescada que, “no seu tipo pesado e chato de negociante”, representava a metafísica e o regime monárquico, indicando que esta forma de governo encontrava-se distante do pensamento prático e da realidade do país. Destoando dos dois portugueses, encontrava-se o mulato Raimundo, símbolo da república, instituição mais adequada para conduzir o governo do Brasil, pois estava diretamente vinculada à filosofia política, não sendo guiada pelos dogmatismos religiosos. Admitindo esta personificação dos três poderes, é interessante reparar o lugar de destaque ocupado por Raimundo entre os demais, sendo o tipo ideal de brasileiro e o representante do modelo político mais apropriado à sociedade de seu tempo, mesmo que estes estivessem envolvidos por características europeias ou aculturados por meio de pensamentos e ideais provenientes de países estrangeiros.

Esta analogia entre as diferentes formas de composição dos governos e os tipos sociais retirados da realidade maranhense pode ser considerada como um dos trechos mais significativos acerca das convicções políticas e sociais de Aluísio Azevedo. No entanto, há outras passagens de igual importância, principalmente as que envolvem as reflexões e posicionamentos do mulato Raimundo. A seguir, tem-se uma conversa entre Manuel Pescada e seu sobrinho, em que discutem sobre religião:

²³ AZEVEDO, op. cit., pp. 334.

“Raimundo não pôde conter a risada, e, como o outro se formalizara, acrescentou em tom sério ‘que não desdenhava da religião, que a julgava até indispensável como elemento regulador da sociedade. Afiançou que admirava a natureza e rendia-lhe o seu culto, procurando estudá-la e conhecê-la nas suas leis e nos seus fenômenos, acompanhando os homens de ciência nas suas investigações, fazendo, enfim, o possível para ser útil aos seus semelhantes, tendo sempre por base a honestidade dos próprios atos”²⁴.

Como é possível perceber, o excerto demonstra uma grande afinidade do personagem pelas ideias positivistas, assumindo uma postura que não desconsidera o real valor da religião para a vida do ser humano, mas que enxerga nas leis da natureza e na ciência algo superior às crenças ditadas pelos religiosos. Tal afinidade era compartilhada pelo narrador que, em um de seus artigos publicados no jornal *O Pensador*, explicou a importância da caridade moderna do seguinte modo:

“(...) não é uma simples prática religiosa, é um abraço gigantesco que o homem dá à humanidade. – Hoje ela se pratica instruindo os ignorantes, injetando-lhes dentro da cabeça uma boa dose de conhecimentos e fatos científicos ou artísticos, que lhes facilitarão arranjar um meio decente de subsistência em qualquer oficina, ou em qualquer repartição do Estado, ou em qualquer escritório comercial (...)”²⁵;

Novamente, tem-se a defesa de um povo instruído e dotado de conhecimentos variados que pudessem garantir a qualquer indivíduo uma boa função a ser realizada. Desvinculada do sobrenatural, esta “religião positiva” teria como fundamento as leis naturais e a própria ação humana que, em conjunto com o conhecimento e a ciência, seriam utilizadas para o bem da humanidade. Estes apontamentos feitos na imprensa e na obra literária não apenas ressaltam a crítica do autor em relação ao papel da Igreja e do catolicismo, como revelam sua intenção em divulgar e esclarecer uma

²⁴ *Ibidem*, pp. 401.

²⁵ AZEVEDO, Aluísio. Crônica: Uma carta à ilustrada redação da Civilização. *O Pensador*. Maranhão, pp. 4, set. 1880.

nova doutrina que, no entendimento de Aluísio Azevedo, aparecia muito mais moderna, prática e humana. Seria esta a religião que mais condizia com a nova proposta de governo (o republicano) sugerida pelo escritor. No entanto, o povo maranhense ainda permanecia afundado na ignorância católica e nas instituições ultrapassadas e conservadoras que foram herdadas dos colonizadores portugueses.

Em uma crítica contundente aos obstáculos que dificultavam o estabelecimento da república, o autor acrescentou ao romance um diálogo que em nada afetava o desenvolvimento da trama, porém adquiria extrema importância na construção do sentido político e social pretendidos pelo narrador. A conversa entre o personagem Sebastião Campos, senhor de engenho e monarquista, e a figura de Casusa, possível representante da juventude maranhense pelas ideias que defendia, caminhou, portanto, da seguinte maneira:

“ – Ora, deixe disso, seu Campos! Não sei se é porque não tenho irmãs, mas o que lhe asseguro é que preferia o doutor Raimundo da Silva a qualquer desses chouriços da Praia Grande.

– Não! Lá isso é que não admito! Preto é preto! branco é branco! Nada de confusões!

Digo-lhe então mais! Asneira seria a dele se se amarrasse, porque o cabra é atilado às direitas!

Sim, lá isso faria... confirmou o Campos, entretido em quebrar a calça da parede com a biqueira do chapéu-de-sol. Aquilo está se perdendo por cá ... é homem para uma cidade grande!... Olhe, ele talvez faça futuro no Rio... você lembra-se do...?

– E segredou um nome ao ouvido do Casusa.

– Ora! como não? Muita vez dei-lhe aos cinco e aos dez tostões para comer, coitada! E hoje, heim?

– É! Foi feliz... mas, quer que lhe diga? não acredito lá essas coisas no futuro deste por causa das ideias de república... porque, convençam-se por uma vez de uma coisa! a república é muito boa, é muito boa, sim senhor! porém não é ainda para os nossos beijos! A república aqui vinha dar em anarquia!...

– Você exagera, seu Sebastião.

– Não é ainda para os nossos beijos, repito! nós não estamos preparados

para a república! O povo não tem instrução! É ignorante! É burro! Não conhece seus direitos!

– Mas venha cá! replicou o Casusa, fechando no ar a sua mão pálida e encardida de cigarro. Diz você que o povo não tem instrução; muito bem! Mas, como quer você que o povo seja instruído num país cuja riqueza se baseia na escravidão, e com um sistema de governo que tira a sua vida justamente da ignorância das massas?... Por tal forma, nunca sairemos deste círculo vicioso! Não haverá república enquanto o povo for ignorante, ora, enquanto o governo for monárquico, conservará, por conveniência própria, a ignorância do povo; logo – nunca haverá república”²⁶

Na medida em que o português Sebastião colocava em dúvida os benefícios e soluções que seriam resultantes da modificação do regime monárquico para o republicano, Casusa assumia uma postura bastante similar ao pensamento combativo e moderno da mocidade maranhense, defendendo a república como um passo que o país daria rumo ao progresso e à civilização, pois possibilitaria a formação de um povo instruído, que não mais estaria subjogado pela decadência das instituições imperiais. Além disso, o trecho possui considerada relevância pelo tom abolicionista que apresenta ao colocar a escravidão como uma das principais fontes da ignorância característica da população provinciana. Todas estas colocações deixam transparecer as ideias e concepções do autor da obra diante do contexto social e político brasileiro e, mais detidamente, de São Luís. No caminhar da narrativa e com a tomada de consciência de Raimundo acerca de sua verdadeira origem, estes ideais ganham ainda mais força e significado, porque aparecem discursados por meio da própria figura do homem de cor:

“– Mulato!

Esta só palavra explicava-lhe agora todos os mesquinhos escrúpulos que a sociedade do Maranhão usara para com ele. Explicava tudo: a frieza de certas famílias a quem visitara; a conversa cortada no momento em que Raimundo se aproximava; as reticências dos que lhe falavam sobre seus antepassados; a reserva e cautela dos que, em sua presença, discutiam questões de raça e de sangue; a razão pela qual D. Amância lhe oferecera um espelho e lhe dissera: ‘Ora mire-se!’ a razão pela qual diante dele chamavam

²⁶ AZEVEDO, op. cit., pp. 439.

de meninos aos moleques da rua. Aquela simples palavra dava-lhe tudo que ele até aí desejara negava-lhe tudo ao mesmo tempo, aquela palavra maldita dissolvia as suas dúvidas, justificava o seu passado, mas retirava-lhe a esperança de ser feliz, arrancava-lhe a pátria e a futura família; aquela palavra dizia-lhe brutalmente: 'Aqui, desgraçado, nesta miserável terra em que nasceste, só poderás amar uma negra da tua laia! Tua mãe, lembra-te bem, foi escrava! E tu também o foste!'

– Mas, replicava-lhe uma voz interior, que ele mal ouvia na tempestade do seu desespero; a natureza não criou cativos! Tu não tens a menor culpa do que fizeram os outros, e no entanto és castigado e amaldiçoado pelos irmãos daqueles justamente que inventaram a escravidão no Brasil!

E na brancura daquele caráter imaculado brotou, esfervilhando logo uma ninhada de vermes destruidores, onde vinham o ódio, a vingança, a vergonha, o ressentimento, a inveja, a tristeza e a maldade. E, no círculo do seu nojo, implacável e extenso, entrava o seu país, e quem este primeiro povoou, e quem então e agora o governava, e seu pai, que o fizera nascer escravo, e sua mãe, que colaborara nesse crime. 'Pois então de nada lhe valia ter sido bem educado e instruído; de nada lhe valia ser bom e honesto?... Pois naquela odiosa província, seus conterrâneos veriam nele, eternamente, uma criatura desprezível, a quem repelem todos do seu seio...' ²⁷.

Ao contrário do que Raimundo imaginava, descobrir sua ascendência e ter conhecimento sobre seu passado não lhe trouxe nada de positivo, além do fim de suas dúvidas. A origem mestiça, que por tantos anos ficara adormecida, o libertava dos mistérios que nomeavam a sua história, o seu nascimento e a sua família, mas o aprisionavam a uma série de preconceitos que se faziam presentes na população de São Luís e que delimitavam as relações sociais e amorosas que deveriam ser estabelecidas por ele. Ser mulato era compreendido, sob a interpretação de Raimundo, como um mal com o qual ele não poderia lutar, pois os lugares de cada indivíduo já estavam delimitados e aos homens de cor nada restava além de assumirem a sua condição inferior perante uma sociedade dominada por brancos escravocratas. Esta mancha tornava-se, portanto, algo irreparável, que havia se estabelecido na "brancura daquele caráter imaculado", apagando quaisquer outras qualidades que o mulato pudesse apresentar. Por este motivo, a revolta de Raimundo foi exposta de

²⁷ Ibidem, pp. 422-423.

uma maneira intensa e expressiva neste momento da narrativa. Afinal, de nada valiam os anos passados na Europa, o conhecimento adquirido, a educação refinada e o comportamento polido que possuía se, aos olhos dos demais habitantes da província, a única característica que prevaleceria era a herança negra e escrava que trazia consigo. Destarte, a descoberta da verdadeira origem esclarecia determinados comportamentos assumidos pelos moradores de São Luís diante ou em relação à figura do mulato Raimundo. Ressaltar, no interior do romance, esta postura para com os homens de cor significava trazer à tona e da forma mais provocativa possível a crítica social acerca da mentalidade ultrapassada e conservadora daquela província.

Portador de algo novo, o mulato perturbava completamente a hierarquia social e racial que, até então, havia permanecido inabalada na vida provinciana do Maranhão. Defensor do abolicionismo, crítico da religião católica e simpatizante do governo republicano, o personagem encontrou uma forte resistência às suas ideias, que não tinham espaço para germinar naquela sociedade escravocrata, monárquica e extremamente religiosa. Além disso, a cor de sua pele e a sua origem escrava atuaram como fatores determinantes para que todos os preconceitos da população maranhense fossem desnudados. Admitindo esta lógica, tem-se que a rejeição em relação a Raimundo era uma atitude de extrema ignorância, considerando que ele não era aceito pelo único e simples motivo de ser fruto da relação entre um homem branco e uma mulher negra e escrava, algo tão comum e presente em todo o país.

Paralelo a isto, tendo em vista as possíveis influências ideológicas e sociais que moldaram as convicções e os pensamentos do autor de *O Mulato*, é possível afirmar que ele colocou-se como defensor do “branqueamento” racial, compreendendo o amalgamento entre as raças como a solução mais plausível para a situação racial e social que caracterizava a população brasileira e, em grande parte, a província do Maranhão. Atuando como um representante direto e indireto das principais convicções políticas e sociais do jovem escritor maranhense, o mulato de Aluísio Azevedo caminhou pela trama como um símbolo de tudo o que havia de mais evoluído e dos benefícios que a miscigenação poderia acarretar: nele apresenta-se a mistura racial e cultural, o predomínio do gene branco sobre o negro, do moderno sobre o tradicionalismo atrasado e decadente, da república sobre o império, da

religião como uma escolha de cada um e não como um dogmatismo católico carregado de fanatismos, superstições e preconceitos. Apesar de europeizado – e justamente por isso – Raimundo seria, aos olhos do narrador da obra literária e do jornalista de São Luís, um “tipo acabado de brasileiro”, ideal a um país marcadamente mestiço como o Brasil.

[conclusão]

Conhecedor das teorias raciais e sintonizado ao pensamento e às ideias disseminadas pelo mundo Europeu, Aluísio Azevedo esteve sempre muito atento ao que acontecia nos diversos campos da vida social e política brasileira, buscando enxergar nela possibilidades de adequação aos modelos estrangeiros afim de que o Brasil pudesse dar importantes passos rumo ao progresso e à modernização. Como polemista e crítico de seu tempo, o jovem maranhense vale-se de seu talento como escritor para divulgar seu posicionamento diante de temas polêmicos que fizeram parte das principais discussões da segunda metade do século XIX. Dentre eles, os problemas colocados pela escravidão, o processo de racialização da sociedade, o republicanismo, a aceitação das teorias científicas e o anticlericalismo fizeram-se bastante presentes em seus artigos de imprensa e em sua mais importante obra literária publicada naquele período.

Inspirado nos modelos de análise sociais, políticos e, principalmente, raciais, o escritor preocupou-se em observar o Brasil – e sua província natal – por meio da perspectiva científica ocidental, no intuito de enquadrar a realidade do país às teorias provenientes do mundo europeu. Assim, como ressalta Jean-Yves Mérian,

“[...] Antes de adotar uma posição de romancista, Aluísio possuía uma atitude de sociólogo. Seu método de abordagem das realidades sociais era diretamente inspirado pelos princípios filosóficos de Auguste Comte. Porém, as leituras de Darwin e de Spencer fizeram com que tomasse consciência mais precisa dos determinismos que agiam sobre a sociedade maranhense”¹.

Admitindo, portanto, a influência dessas teorias de saber sobre as convicções e posturas de Aluísio Azevedo diante do contexto social e político do qual fazia parte, a análise do romance *O Mulato* em conjunto com o trabalho realizado pelo autor na imprensa caricaca e, em maior destaque, nos jornais de São Luís do Maranhão caminhou no sentido de compreender como as opções

¹ MÉRIAN, op. cit., pp. 163.

feitas pelo literato ao contar a história do mulato Raimundo, bem como as escolhas realizadas pelo caricaturista e jornalista ao publicar seus trabalhos indicavam o desejo do jovem maranhense em intervir na sociedade de seu tempo. Sem desconsiderar a importante conexão entre as duas profissões realizadas por Aluísio Azevedo – romancista e jornalista – foram abordados os principais temas discutidos, retratados e personificados ao longo da obra literária produzida por ele e os quais também foram debatidos nos artigos de imprensa de modo a preparar o público leitor para a compreensão das críticas sociais apresentadas n' *O Mulato*. Assim como os demais literatos do período, Aluísio Azevedo foi um romancista engajado, assumindo para si a missão de pensar os problemas enfrentados pelo país e propor um projeto de nação que pudesse ser construído com base na adequação da realidade brasileira aos modelos estrangeiros. Seu romance, suas crônicas e ilustrações, expressavam principalmente o seu posicionamento político e social acerca das questões cadentes da época e que estavam sendo discutidas no país e, em especial, na Europa.

A despeito dos inúmeros debates acerca do real valor do romance como obra inaugural do naturalismo no Brasil e tendo em vista os trabalhos realizados pelo autor em conjunto com a produção da narrativa literária, *O Mulato* surpreendeu e provocou ao questionar os modelos ultrapassados que permaneciam na sociedade maranhense e contribuía para a permanência das desigualdades sociais. Como importante obra de reflexão, o romance de Aluísio Azevedo destaca-se pelo conteúdo que carrega acerca das influências estrangeiras sobre o pensamento brasileiro e das transformações que se faziam necessárias naquele momento, além de evidenciar o papel relevante assumido pelos homens de letras ao dedicarem suas obras e textos para refletir e intervir na realidade em que estavam inseridos.

Por fim, considerado o estudo realizado acerca da questão racial no romance *O Mulato*, vale registrar que, como um exercício fundamental para a formação do historiador, a análise documental feita nesta pesquisa possibilitou diversas interpretações e discussões críticas a respeito dos assuntos, contextos e sociedade trabalhados ao longo deste ano. Assim, este projeto exerceu um papel de grande importância ao passo que incentivou o contato com os documentos – mais particularmente a obra literária e os

artigos de imprensa – suscitando uma série de questões e possibilidades de análise a respeito do modo como o pensamento europeu foi assimilado pelos intelectuais brasileiros e compreendido por eles como essencial para as reflexões a respeito do país e das transformações que se faziam necessárias naquele momento. Em conjunto a esta aprendizagem mais aprofundada sobre como lidar com as fontes documentais, esta Iniciação Científica incentivou a pesquisa historiográfica e o estudo em torno de uma variedade de trabalhos, tendo como foco de suas discussões as possíveis influências pessoais, teóricas, ideológicas e políticas que inspiraram Aluísio Azevedo no momento em que decidiu se dedicar ao romance *O Mulato*.

[fontes e bibliografia]

1 – Romances

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Luís: Tipografia de O País, 1881.

_____. *Uma lágrima de mulher: romance original*. 4º ed. Rio de Janeiro, RJ: Briguiet, 1939.

2 – Livros de época

ABRANCHES, Dunshee de. *O Captiveiro*, memórias. Rio de Janeiro, 1941.

3 – Imprensa

Civilização, São Luís do Maranhão. Coleção microfilmada pela Biblioteca Nacional: jan. – maio, jul. – dez. 1887; jan. 1889.

Diário do Maranhão, São Luís do Maranhão, 1877. Disponível em: <memória.bn.br>.

O País, São Luís do Maranhão, outubro de 1876 a março de 1877. Disponível em: <memória.bn.br>.

O Pensador, São Luís do Maranhão. Coleção microfilmada pela Biblioteca Nacional: 10 set. 1880 – 30 nov. 1881.

Pacotilha, São Luís do Maranhão, 30 de outubro de 1880 a 31 de dezembro de 1889. Disponível em: <memoria.bn.br>.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rodrigo Estramanho de. *A realidade da ficção – ambiguidades literárias e sociais em “O Mulato” de Aluísio Azevedo*. São Paulo: Alameda, 2012.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.
- AZEVEDO, Aluísio. *Ficção Completa: em dois volumes*. Org.: Orna Messer Levin. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 2005.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, SP: Annablume, 2004.
- _____. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, SP: Cultrix, 1974.
- CHALHOUB, Sidney. Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney et alii. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *Racismo: História e Historiografia. História Social – Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*. 2010, n. 19, p. 33-62, ISSN: 2178-1141. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315/271>>.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

- COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil, In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, SP: Grijalbo, 1977.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil: (o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1956.
- FIORIN, José Luís. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Org.: Beth Brait, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- KARULA, Caroline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp. Campinas, 2007.
- NAVAS-TORIBIO, Luzia Garcia do Nascimento. *O negro na literatura maranhense*. São Luiz: Academia Maranhense de Letras, 1990.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Escravismo e Independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820. In: Org. JANCÓS, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.
- MEGID, Daniele Maria. *À roda de Brás Cubas: Literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp. Campinas, 2012.
- MÉRIAN, Jean- Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra 1857-1913: o verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, RJ; Brasília, DF: Espaço e Tempo: INL, 1988.
- MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O mulato*. Rio [de Janeiro]; Brasília, DF: J. Olympio: INL, 1975.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005 c1993.

- _____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001, c1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização, Brasileira, 1965.